

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 13
R\$ 7,00



Várzea Paulista

Trilha para o desenvolvimento

Pederneiras

Pólo de desenvolvimento econômico regional

São Lourenço da Serra

Excelência em qualidade de vida

5º CBTIM

Congresso acontece em novembro

Entrevista

Álvaro Lazzarini
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral



Mata Atlântica

São Paulo - o grande preservador

Imprensa Oficial: presença marcante no

Prêmio Jabuti 2004

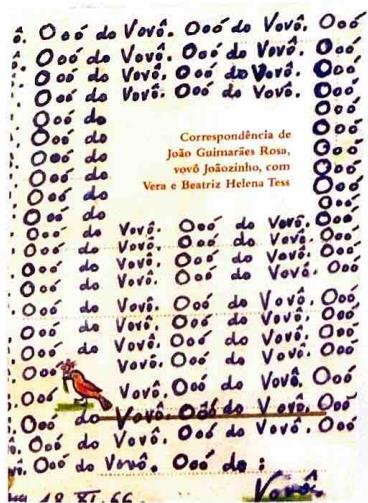
6 livros indicados e 3 premiados



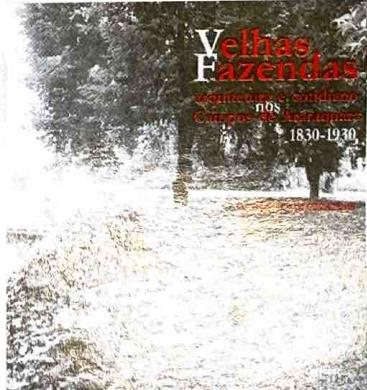
INDICADOS



Categoria
Projeto/Produção Editorial
Caixa Modernista



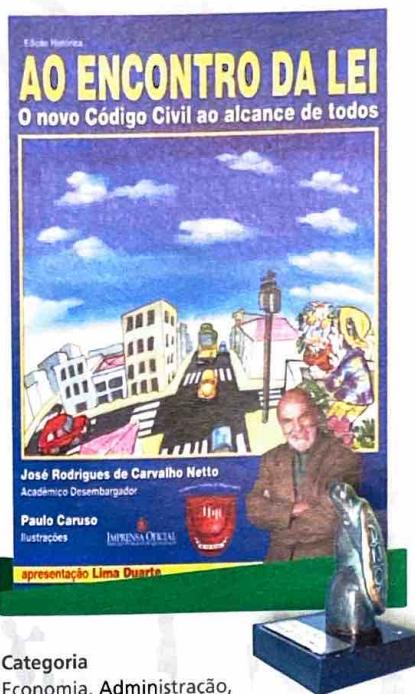
Categoria
Projeto/Produção Editorial
Ooó do Vovô



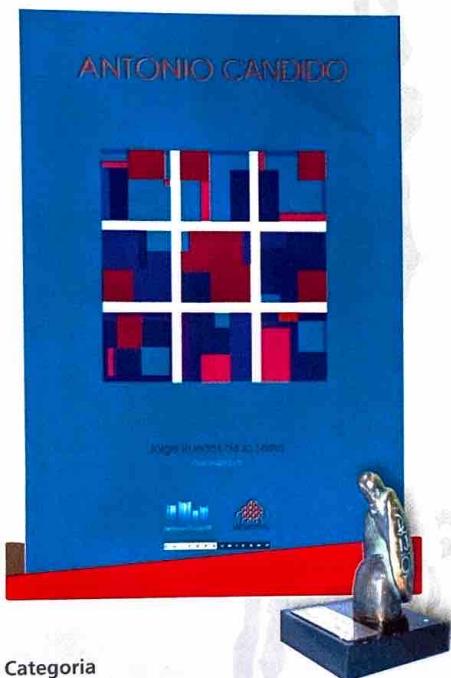
Categoria
Arquitetura, Urbanismo
Fotografia, Comunicação e Artes
Velhas Fazendas

É fácil comprar o seu livro:

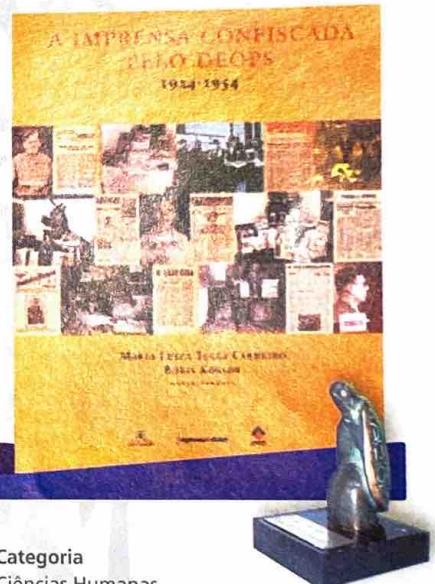
PREMIADOS



Categoria
Economia, Administração,
Negócios e Direito
Ao Encontro da Lei
o Novo Código Civil
ao Alcance de Todos



Categoria
Teoria/Crítica Literária
História e Literatura
Homenagem a
Antônio Cândido



Categoria
Ciências Humanas
A Imprensa Confiscada
pelo DEOPS

SAC **0800 1234 01**

imprensaoficial

CASA CIVIL



www.imprensaoficial.com.br/livraria



Associação Paulista de Municípios
Av. Rebouças, 2.499
Jd. América - São Paulo - SP
CEP 05401-300
Fone/Fax: (0xx11) 3063-2225
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE

MARCOS MONTI
Ex-Prefeito de São Manuel

VICES-PRESIDENTES

ANTONIO PALOCCI
Ex-Prefeito de Ribeirão Preto e
Ministro da Fazenda

JOÃO HERMANN NETO
Ex-Prefeito de Piracicaba e
Deputado Federal

ESTEVAM GALVÃO DE OLIVEIRA
Prefeito de Suzano

SECRETARIA MEMBROS DIRETORES

SECRETÁRIO
ANTONIO CESAR SIMÃO
Ex-Prefeito de Itapuí

Secretária-Executiva
DALVA CHRISTOFOLETTI PAES DA SILVA

**Coordenador do Conselho
Técnico Multidisciplinar**
ANTONIO SÉRGIO BAPTISTA

Editorial



União por Justiça

A APM sempre teve um relacionamento positivo com o governo do Estado, no sentido de juntos solucionar todos os entraves que envolvem as ações dos municípios paulistas.

Prova disso, é que todos os governadores sempre foram sensíveis às nossas reivindicações. Não é diferente com o governador Geraldo Alckmin, que bimestralmente recebe a diretoria da APM para tratar de assuntos relacionados aos municípios de São Paulo, de assuntos da entidade e também de assuntos de interesse comum.

No último dia 15 de julho, a diretoria foi recebida em audiência. Após tratarmos dos assuntos relacionados em nossa pauta, o governador, trouxe para nosso conhecimento uma correspondência recebida da ABINEE – Associação Brasileira da Indústria de Elétricos e Eletrônicos, que apresentava uma preocupação relacionada à Lei de Conversão, referente à Medida Provisória 183/04, aprovada no Congresso Nacional que, se sancionada, trará muito prejuízo ao nosso Estado bem como aos outros Estados da Federação.

Nesta Lei de Conversão foram incluídos dois artigos que dão tratamento privilegiado à Zona Franca de Manaus. Num deles isenta das contribuições de PIS/COFINS, as empresas de elétricos e eletrônicos, daquela região, quando importarem componentes. No segundo, as mesmas empresas poderão creditar-se destas contribuições, quando venderem seus produtos ao mercado interno.

É importante lembrarmos que as zonas francas existentes no mundo não vendem seus produtos no mercado interno, apenas exportam seus produtos mundo afora. Assim sendo, está mais do que evidente que as empresas de elétricos e eletrônicos, de todo País,

exceto as localizadas na Zona Franca de Manaus, não conseguirão competir em igualdade, pois segundo estudos, poderá chegar a mais de 10%, a diferença do custo de produção.

Em perpetuada esta situação, num futuro bem próximo poderemos assistir ao fechamento destas indústrias pois, com certeza, as mesmas irão se transferir para aquela região, para se tornarem competitivas e, com isso perderemos muitos empregos em nosso Estado.

Na Federação oito Estados serão mais agredidos, incluindo São Paulo. Por isso, nossa Diretoria foi unânime em encampar esta luta com o governador Geraldo Alckmin. Imediatamente enviamos uma carta ao presidente da República pedindo seu veto a estes dois artigos que privilegiaram a Zona Franca de Manaus. Ao mesmo tempo foi enviada carta aos presidentes de entidades municipalistas dos demais estados prejudicados, para que também se engajem nesta luta conosco.

Enfim não podemos ser omissos numa hora tão crítica, quando estão em jogo milhares de empregos. Julgamos, portanto, imprescindível a união de nossas forças por uma justiça tributária, uma vez que a reforma tributária que o governo Federal aprovou foi justamente para combater a guerra fiscal.

Esperamos que todos os companheiros municipalistas cerrem fileiras nesta luta, neste sentido. Endereçamos ainda carta para todos os prefeitos paulistas solicitando aos mesmos o envio de correspondência ao presidente da República solicitando apoio ao veto. Acreditamos no bom senso e no discernimento do presidente Lula.

A luta continua!

Marcos Monti
presidente da APM

**06 Entrevista**

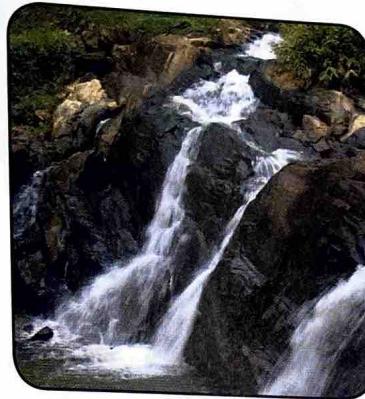
Álvaro Lazzarini – presidente do Tribunal Regional Eleitoral

12 Opinião

Walter Feldman

14 Artigo

Maria Lúcia Alckmin

**18 Várzea Paulista**

Trilha para o desenvolvimento

22 São Lourenço da Serra

Excelência em qualidade de vida

28 TCE

Lei de Responsabilidade Fiscal completa três anos

34 Pederneiras

Pólo de desenvolvimento econômico regional

38 5º CBTIM

APM promove 5º CBTIM em novembro

40 Meio ambiente

São Paulo – o grande preservador da Mata Atlântica

44 Imprensa Oficial

Governo eletrônico amplia Infocentros

46 IBGE

Os hábitos de consumo dos brasileiros

FALE CONOSCO**REDAÇÃO**

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203
E-mails: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
marcio@editorasegmento.com.br (publisher)
Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150 – CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING

Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais
Tel.: (11) 3879-8220
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.
Tel.: (11) 3879-8216
publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

ASSINATURAS, RENOVAÇÕES E NÚMEROS ATRAZADOS
Tel.: (11) 3039-5601 – Fax: (11) 3039-5643
assinatura@editorasegmento.com.br
www.editorasegmento.com.br

**CONSELHO EDITORIAL**

Antonio Cesar Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevárqua Antônio Nholá
José Mauro Dederico Orlando



PRESIDENTE: Edimilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETOR ADM. FINANCEIRO: Andreas Rüthschilling
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial



PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editor: Eliana Michi
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br
DIRETOR DE ARTE: Alexandre P. Borlino
DIAGRAMADOR: Bolívar Ramos Filho
FOTOGRAFIA: Renato Ricci
Fotos: Marcel Duarte (Geral - Itaipu),
Renato Ricci (C. Lourenço da Serra)
Márcio Cardial (Várzea Paulista) e Pref.
Mário Covas (São Paulo) - 1994
Márcio Cardial (Várzea Paulista) - 1995
Renato Ricci (Várzea Paulista) - 1996
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Cesar Simão, Carlos Alberto Cruz Filho, Aquevárqua Antônio Nholá, José Mauro Dederico Orlando

MARKETING

Set. Vendas de Contas: Renato Ricci
Quintal (Várzea Paulista) e Vila Prudente, São Paulo
Marketing: Paquel F. L.
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br
REPRESENTANTE COMERCIAL (Brasília):
Singular Publicidade
Magda Dias (61) 344-5181
brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento:
Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8212
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

APOIO GRÁFICO: IMPRESSÃO E ACABAMENTO

imprensa oficial



ANER
www.aner.org.br

ANATEC
PUBLAÇÕES ESPECIALIZADAS

Álvaro presidente do

Cerca de 27 milhões de eleitores estão sob a responsabilidade de Álvaro Lazzarini, presidente do TRE, que alerta sobre direitos e obrigações para a próxima eleição

Por ELIANA MICHÌ

Aos 68 anos, 51 deles dedicados à vida pública, três filhos (todos advogados, porém o caçula formou-se também em Educação Física e optou pela carreira de professor de natação) e quatro netos, o desembargador Álvaro Lazzarini é presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo desde fevereiro último. Antes ocupou as funções de vice-presidente e corregedor. Para elucidar as dúvidas que candidatos e eleitores têm durante o período que precede às eleições, a revista *Municípios de São Paulo* realizou esta entrevista.

RENATO

Lazzarini

Tribunal Regional Eleitoral

Qual o número total de eleitores do Estado?

O nosso cadastro será finalizado dia 20 de julho [N.R. a entrevista foi realizada dia 12] e devemos chegar a um universo de 27 milhões de eleitores em todo o Estado de São Paulo.



O número de eleitores cresceu?

Sim. O maior contingente foi dos jovens que completam 16 anos até a data das eleições. Implementamos um programa para incentivar o gosto pela política e a sua importância para a pátria, o exercício da democracia, da cidadania, que foi muito bem-sucedido. Realizamos palestras, seminários e debates, com uma linguagem bem acessível para os jovens, em parceria com o Instituto da Cidadania, a Assembleia Legislativa e o governo do Estado, em escolas públicas e privadas, o que tem rendido bons frutos.

Quantos partidos políticos vão estar, efetivamente, concorrendo nestas eleições?

No total são 27. Mas, há muitas coligações... Em todos os municípios elas ocorrem. Naturalmente há, em alguns casos, uma pulverização de votos. Porém, tudo está em consonância com a Constituição Federal que prevê o pluripartidarismo.

O senhor acredita que se os partidos menos representativos, os chamados "nanicos", se juntassem, haveria um fortalecimento?

Mas, será que haveria interesse? Há poucos dias, houve uma ampla discussão sobre a união dos partidos menores e seu consequente fortalecimento, no Parlatino. Lá estavam, inclusive, representantes do parlamento europeu que compactuam desta ideia. Mas aqui, a realidade é outra e os aspectos éticos não me permitem entrar no mérito do porquê esses partidos existirem...



Álvaro Lazzarini:
"resultados serão
proclamados
na manhã de
04 de outubro"

Quais as competências dos juízes eleitorais para as próximas eleições?

As competências ou a administração das eleições são sempre do juiz titular da “vara-mãe” [a que tem a numeração mais baixa em todos os municípios]. Nos grandes municípios são designados juízes auxiliares que passam pela aprovação da presidência do Tribunal. Eles ficam encarregados do exercício do poder de polícia eleitoral [fiscalização da propaganda eleitoral], representações e reclamações relativas à propaganda eleitoral, direito de resposta solicitado pelos candidatos, distribuição do horário eleitoral gratuito e elaboração do plano de mídia e sorteio de outdoors. O TRE é, na verdade, um órgão recursal. Mas o meu voto, quando há estes recursos, só tem valor quando ocorre empate. É o que nós chamamos voto de “minerva”.

O senhor considera o Código Eleitoral vigente ultrapassado, por ser de 1965?

Ele é um tanto desatualizado. É necessário que se faça uma revisão. Um ponto positivo da Legislação Eleitoral é que ela se estabilizou. Antes, a cada eleição, havia mudanças em todos os níveis, o que não tem mais ocorrido. Além disso, a rotatividade dos juízes é prejudicial, pois desestabiliza o processo. Cada qual dá uma interpretação diferenciada, mas predomina a do momento que está se vivendo.

Quantos municípios do Estado passaram por uma revisão do contingente eleitoral? Por que?

No total foram 112 municípios. O total do eleitorado nestas cidades antes da revisão era de 749.102 e foram cancelados 206.916 títulos. O processo transcorreu de 2003 a março deste ano. Quando há indícios de fraude, o TRE solicita a revisão. Muitas vezes leva-se em consideração determinados dados e resoluções do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] e esta

seus títulos por motivos afetivos, por exemplo. Mas, a cidade que mais me chamou a atenção foi a pequena Piquerobi [117ª zona eleitoral]. Muitos eleitores não se cadastraram e hoje já temos cerca de 700 pedidos de recurso. O Tribunal avalia cada caso e acata ou não o recurso.

Foi assinado um pacto que ganhou o slogan “Por uma São Paulo limpa”. O senhor acredita que o compromisso assumido por alguns partidos será respeitado?

Eu estou satisfeito, porque tenho percorrido algumas regiões da Capital e cidades da Grande São Paulo, e tenho visto apenas propagandas que estão dentro do permitido. Eu acredito que o pacto será respeitado, apesar de os grandes partidos não terem aderido a ele e tenho recomendado aos eleitores que prestem atenção nos candidatos dos partidos que aderiram a este pacto: se, de fato, o estão honrando. Em caso negativo eu espero, nas urnas, uma sanção moral já que sinto, hoje, o eleitor mais seletivo. Este projeto despertou no cidadão o espírito crítico e os próprios políticos estão questionando a validade do uso desse tipo de expediente.

Sanção moral deve ser a atitude tomada pelo eleitor

revisão foi determinada por ele. Não que estivessem ocorrendo situações fraudulentas mas, em determinados municípios, o número de eleitores praticamente coincidia com o de habitantes. São eleitores que, por algum motivo, deixaram a cidade e não transferiram seus títulos. Santos teve cerca de 20% de seus títulos cancelados, pois quando as eleições ocorriam em 15 de novembro era feriado e, naturalmente, se ele caía no meio da semana, os turistas que queriam aproveitar o descanso, votavam por lá mesmo. Têm eleitores que não transferem

Como pode ser feita uma denúncia de propaganda eleitoral irregular? Quais os tipos de punição previstos? Como o eleitor pode acompanhar, em detalhes, uma denúncia?

Por meio do nosso site www.tre-sp.gov.br ou por qualquer outro meio de comunicação. A denúncia pode ser anônima e será investigada. Contudo, o TRE não pode aplicar as punições, apenas provocá-las. Os casos de improbidade administrativa, veiculação de propaganda extemporânea são enviados ao Ministério Público, que aplica as penas cabíveis. A única pena imposta é de multa, que varia de R\$ 252,00 a R\$ 53.000,00 [de duzentos e cinqüenta e dois reais a cinqüenta e três mil reais]. Já as denúncias de uso indevido da máquina administrativa durante o processo eleitoral [nestas eleições, a partir de 06 de julho], são avaliadas e julgadas pelo TRE.

Comprovando-se as denúncias a atitude é classificada como crime e a pena é de cassação de diploma, do mandato... O acompanhamento das denúncias pode ser feito via internet ou cartório eleitoral. Nada 'corre' em segredo na Justiça Eleitoral.

Todos os municípios contarão com urnas eletrônicas?

Todos os municípios do Brasil, sem exceção, contarão com urnas eletrônicas, como vem ocorrendo desde as eleições de 2000. Mas não haverá mais o voto impresso, como em 2002. Essa lei foi revogada, para não provocar congestionamento nas zonas eleitorais. Em São Paulo,

tivemos apenas quatro municípios que usaram este procedimento [São José dos Campos, Taubaté, Valinhos e Indaiatuba], mas houve estados em que 100% das urnas emitiam este comprovante, como Sergipe, por exemplo.

Quando os resultados serão proclamados?

O mais rápido possível. Não falarei o horário, contudo acredito que na manhã do dia 04 de outubro já estaremos com o total das urnas apuradas, isto se não houver qualquer congestionamento no envio das totalizações. Já estamos nos preparando para o plebiscito que acontecerá em 2005, quando será avaliada a Lei do Desarmamento.

mp

Rent a Micro®

Locações

Videowall



TV Plasma



Canhões de Luz



Filmadoras



Plantão 24hs.: SP (11) 7819-3281 - ID 35108

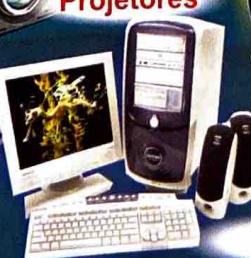
(11) 3105-1864 / 3105-6779

rentamic@rentamicro.com.br

Coloque seu evento em evidência

Organizadores, montadores e expositores, temos equipamentos de última geração que irão atendê-los plenamente.

Projetores



Plantão 24Hs.: RJ (21) 7812-8397
Fax: (11) 3105-1990
www.rentamicro.com.br

Micros



Notebooks



Rádio Comunicador e Nextel

Coletores de dados

CCD

Sistema de automação de acesso à Feiras/Eventos

Plantão 24hs.: SP (11) 7819-3282 - ID 35109

(11) 3105-2464 / 3106-7794

rentamic3@rentamicro.com.br

Plantão 24hs.: SP (11) 7853-6370 - ID 1*30643

(11) 3105-4474 / 3105-0616

rentamic2@rentamicro.com.br

Mulheres de 128 municípios descobrem mercado de ações

APM e Bovespa explicam o funcionamento do mercado de APM e Bovespa explicam o funcionamento do mercado de capitais às primeiras-damas e presidentes de fundos sociais

Dando continuidade ao projeto de desmistificar o mercado de capitais nos municípios paulistas, a APM (Associação Paulista de Municípios) em parceria com a Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) promoveram no dia 28 de junho, encontro com primeiras-damas e presidentes de fundos sociais municipais.

O Encontro aconteceu na sede da Bovespa, no Auditório Abelardo Vergueiro César, em São Paulo e fez parte do programa “Mulheres em Ação”. Também contribuíram com sua realização o Fundo Social de Solidariedade de Osasco, presidido por Glória Giglio, a Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM) e o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo (Fussesp).

O evento contou com a presença de mais de 250 representantes de diferentes segmentos, sendo a maioria formada por mulheres, entre elas presidentes de fundos sociais, primeiras-damas e assessoras, representando 128 municípios do Estado de São Paulo. Devido ao êxito do evento, o auditório principal ficou com sua capacidade máxima preenchida e foi utilizado um segundo auditório para acomodação de outros participantes que acompanharam as palestras por intermédio de telão.

FOTOS: RENATO RICCI



Brindes são entregues às representantes dos municípios

Palestras

O evento contou com pronunciamentos do presidente da Bovespa, Raymundo Magliano Filho e da presidente do Fussesp, Maria Lúcia Alckmin. Além disso dois profissionais da Bovespa apresentaram palestras que elucidaram dúvidas das primeiras-damas e demais participantes sobre o funcionamento do mercado de capitais. Primeiramente, o supervisor de Assistência ao Mercado da Bovespa, Rogério Marques, falou sobre como atuar no mercado de ações. Na seqüência, o assessor de Marketing e Comunicação da Bovespa, Luís Abdal, abordou os

“Conhecimentos adquiridos devem gerar ótimos frutos”

programas “Bovespa vai Até Você”, “Mulheres em Ação” e “Bolsa de Valores Sociais”.

De acordo com a presidente do Fundo Social de Solidariedade de Osasco, Glória Giglio, o Encontro foi um fundamental instrumento para



Parceria propiciou Encontro

as primeiras-damas e presidentes de fundos sociais aprenderem como é o funcionamento do mercado de capitais. "A bolsa de valores é mais uma maneira de aplicação de dinheiro e, ao contrário do que muitos pensam, qualquer pessoa, por menor que seja sua renda, pode ser um investidor na Bovespa. Creio que as primeiras-damas levarão os conhecimentos adquiridos aqui para seus respectivos municípios e isto vai gerar ótimos frutos".



Público prestigiou evento maciçamente

De acordo com Antônio César Simão, diretor da APM, a proposta de inserir as administradoras municipais no mercado de capitais foi executada com êxito. "Creio que conseguimos despertar nelas o espírito empre-

endedor. É importante que as primeiras-damas tenham subsídios para levar o conhecimento adquirido ao nosso encontro e utilizá-lo de acordo com a necessidade e peculiaridade de seu município", finalizou o diretor.

O presidente da APM, Marcos Monti, também destacou o sucesso do evento e a presença maciça das primeiras-damas de São Paulo. "A participação de um número tão expressivo de primeiras-damas e presidentes de fundos sociais é prova de que as mulheres estão cada vez mais atuantes e ajudando a construir a história do País", declarou.

Kits-padaria

A presidente do Fundo Social do Estado, Lu Alckmin, abrilhantou

ainda mais o evento com a doação, em parceria com a Bovespa, de 20 *kits*-padaria. "É muito gratificante doar estes *kits* para mulheres com tamanha garra e preocupadas com o bem-estar da população de seus municípios", destacou. Receberam os brindes as primeiras-damas e presidentes dos fundos sociais dos

municípios de Piquete, Cotia, Jandira, Diadema, Avaré, Alfredo Marcondes, Natividade da Serra, Álvaro Machado, Monções, Carapicuíba, Franco da Rocha, Rio das Pedras, Juquitiba, Monte Mor, Araras, Lindóia, Osvaldo

Cruz, Tremembé, Estrela do Norte e Vinhedo.

Cada *kit* é composto por um forno de inox, batedeira, liqüidificador, balança e assadeiras de alumínio. Os *kits* são doados pela iniciativa privada ao Fundo Social, que os repassa às entidades assistenciais cadastradas, Fundos Sociais de Solidariedade municipais ou escolas, além de capacitar os multiplicadores. O programa nasceu como uma das principais iniciativas do Plano de Geração de Emprego e Renda do Fussesp. Tem como objetivos principais a capacitação profissional, a melhoria na qualidade da alimentação e a geração de renda. A panificação artesanal consiste na elaboração de pães por processos caseiros, sem a utilização de equipamentos especiais ou conservantes.

Contente por ter ganho um dos *kits*, a primeira-dama de Monte Mor, Arlete Grat Assis, destacou que pretende aplicar, ao lado do prefeito, os conhecimentos adquiridos sobre a Bovespa em seu município. "Tudo que foi dito é muito esclarecedor. Agora vejo que a Bovespa é uma ótima opção de investimento, independente da renda da pessoa".

De acordo com a primeira-dama de Araras, Cecília Meneguetti, o evento foi "uma ótima iniciativa. Com palestras soubemos que as mulheres têm mais uma grande opção". Cecília foi um das contempladas com o *kit*-padaria. "Em Araras já temos cinco padarias e só temos a agradecer por mais este presente para o nosso município", disse. (M.L.N.)

Além da fachada

O aumento da demanda por serviços públicos e a insuficiência de recursos têm levado à intensificação do cooperativismo

Com o pretexto de “avançar na concretização do pacto federativo, em regime de cooperação”, o governo Lula enviou ao Congresso, em regime de urgência, projeto que institui normas para a constituição de consórcios e prestação de serviços públicos por meio de uma gestão associada.

A política de descentralização e participação popular do ex-governador Franco Montoro (SP) impulsionou a implantação de consórcios intermunicipais em diversas áreas. O aumento da demanda por serviços públicos e a insuficiência de recursos têm levado à intensificação de formas cooperativas intermunicipais – o que coloca como problemas fundamentais, a serem equacionados, o acesso a fontes de financiamento e a definição de arranjos factíveis de compartilhamento dos recursos entre os entes cooperados.

Infelizmente, não é o que objetiva o projeto do governo federal. Ele reflete a doutrina do “novo pacto federativo”, que vem sendo pregada, há algum tempo, por seus integrantes. Não se pode esquecer, no entanto, que a mudança do pacto federativo se faz mediante a convocação de Assembléa Nacional Constituinte e a realização de amplo debate no Congresso Nacional. O

Aprovação de projeto representa início de clientelismo

que já evidencia a inconveniência do regime de urgência e o caráter autoritário do atual governo.

Em São Paulo, com o apoio do governo estadual, há mais de uma centena de consórcios intermunicipais atuando em várias áreas, principalmente para viabilizar obras de infra-estrutura. Até mesmo o consórcio intermunicipal do ABC, sempre lembrado como caso bem-sucedido de articulação regional, não prescindiu do apoio do governo do Estado.

O caminho mais adequado para viabilizar a cooperação entre os entes federados é a regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, que contempla a possibilidade de associação entre entidades públicas, mediante a celebração de convênios ou consórcios, objetivando a realização das competências comuns. O projeto do governo federal, em momento algum, estabelece normas gerais.

Ao contrário, apresenta normas específicas para a constituição de consórcios públicos. Com isso, viola o princípio constitucional da autonomia dos entes federados. O projeto do governo procura criar uma nova espécie de ente federativo de confronto com os Estados-membros, retirando-lhes a prestação de determinados serviços públicos, como o de saneamento, por exemplo. O que tornará o consórcio público numa unidade regional sem a participação do Estado, responsável pelos maiores investimentos no setor.

A aprovação desse projeto poderá representar o início de uma política clientelista jamais vista no País, capaz de submeter os municípios a toda a sorte de barganhas.



Walter Feldman (SP) é vice-líder do PSDB e vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara Federal
 dep.walterfeldman@camara.gov.br
 www.walterfeldman.com.br



LANÇA INSTITUTO VIVO E AMPLIA AÇÕES DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A operadora de telefonia móvel VIVO promoveu, no dia 7 de julho, o lançamento de sua área de Responsabilidade Social. Com atuação focada nas áreas de educação e meio ambiente, o Instituto VIVO, que ganhou novo nome, inicia suas atividades com uma importante função – gerir o investimento social da VIVO, que em 2003 girou em torno de R\$ 9 milhões e beneficiou milhares de pessoas no Brasil.

A missão do Instituto VIVO é “promover a cidadania, compartilhando os valores e a experiência da VIVO com a sociedade”. Acionistas, clientes, colaboradores, comunidades, fornecedores e governo fazem parte desse círculo de relacionamento.

Para se aproximar desses diversos públicos, o Instituto também passou a agregar outra importante função em 2004 – assumiu o desafio de disseminar conceitos e práticas de responsabilidade social.

“A conduta ética e socialmente responsável significa a sobrevivência e o sucesso do nosso negócio. E a posição de liderança da VIVO no setor aumenta a nossa responsabilidade. Ser líder para nós é ter obrigações que vão além do sucesso econômico. Nesse sentido, o Instituto VIVO surge para reafirmar nosso compromisso social com o Brasil e com os mais de 22 milhões de clientes da empresa”, afirma Francisco Padinha, presidente da VIVO.

O início

O Instituto VIVO surgiu a partir do Instituto Brasil Digital (IBD). Criado em 2001 pela holding Telesp Celular Participações (TCP) para desenvolver projetos de Responsabilidade Social em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, estados de sua área de cobertura. Vale lembrar que, até então, a Fundação Telefônica cuidava dos investimentos sociais nos estados da Bahia, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde implantou projetos de grande mérito e relevância.

Em 2002, o IBD consolidou suas ações, aproximando-se cada vez mais de diversos segmentos da sociedade. Foram estabelecidas parcerias com ONGs, empresas, instituições públicas, governos e universidades.

Com a publicação do primeiro Balanço Social da TCP, em 2003, o IBD aproximou-se do conceito de Responsabilidade Social e viu reconhecida sua importância. No mesmo ano, com a formação da VIVO, joint-venture entre a Portugal Telecom e a Telefónica Móviles, defrontou-se com o desafio de integrar os projetos desenvolvidos em todas as regiões onde atua, que correspondem a 86% do território nacional.

Em 2004, a VIVO reforça o trabalho de aproximação de seus públicos. O Instituto muda de nome, estende suas atividades para todos os estados e produz o primeiro Relatório de Responsabilidade

Social Corporativa da VIVO, que em breve estará disponível no site www.vivo.com.br.

Projetos

Por meio do Instituto VIVO, a VIVO apóia projetos desenvolvidos por grandes instituições de terceiro setor e pela iniciativa pública. “Acreditamos que essas organizações detêm conhecimento e estão mais próximas dos públicos alcançados”, explica Tonico Pereira, diretor-executivo do Instituto VIVO e principal responsável por suas atividades.

Além de gerenciar investimentos em educação e meio ambiente, o Instituto VIVO dará continuidade a iniciativas anteriores nas áreas de saúde, esporte, cultura e geração de renda, como também está reafirmando seu apoio ao projeto VIVO Voluntário, desenvolvido por colaboradores voluntários da VIVO.

“Os projetos apoiados visam promover o bem estar e a cidadania das populações residentes nas áreas de atuação da VIVO. Priorizamos a educação porque é a base do desenvolvimento social, e o meio ambiente, porque sem sustentabilidade não haverá desenvolvimento. Também apoiamos o voluntariado com o objetivo de envolver os colaboradores da VIVO nas ações de Responsabilidade Social e aproximar os das comunidades beneficiadas”, explica Barroso.

Conheça os principais projetos que estão em andamento:

Água Viva/ RJ; Bata a meta, mate a fome/RS; Campanha de Vacinação Social; Canarinhos e Assemelhados/RR; CD Tom Natural/SC; Cooperativa de Costureiras de São Bartolomeu/BA; Estação Luz da Nossa Língua/SP; Encontro de Lideranças Voluntárias/SP; Instituto Ayrton Senna/AM, PA, MA, TO, GO, MS, SP, SC e DF; IV Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental/RS; Ler é Saber/ SP; Mensagem Solidária/RS; Novo Glicério/SP; Pastoral da Criança/MA, PA, GO, RO, AM, TO, MT e MS; Programa de Disseminação da Cultura do Terceiro Setor/MS; Projeto de Esporte na Ilha Criança/SC; Projeto Guri/SP; Serviço de Transplante de Medula Óssea/PR; Telecentros/SP.

INSTITUTO



www.vivo.com.br/institutovivo

A força das heroínas anônimas

O Brasil é palco de artistas geniais. Munidos de sensibilidade e de talento, traçam um perfil fidedigno daquelas que são mestras em cuidar, em amar, em realizar um exercício constante de doação. É o caso de Milton Nascimento e Fernando Brant, que na canção *Maria Maria* revelam: grandeza de nossas inúmeras heroínas anônimas. Marias especializadas em semear, em germinar, em florir o mundo com sua força, sua crença em novos amanhãs, sua coragem de seguir em frente – a despeito das adversidades do caminho.

Nos 645 municípios do Estado, observamos a trajetória incrível dessas mulheres comprometidas com a construção de novos tempos. Marias guerreiras que demonstram sua garra e determinação na luta diária pela sobrevivência. Trabalhadoras incansáveis que se assemelham

a um exército movido a amor, intuição, paciência, capacidade de não se abater, de não se entregar. Virtudes advindas da imensa sabedoria que elas detêm.

Uma sabedoria que faz com que nós, do Fussesp, possamos aprender com essas personagens da vida real. Líderes comunitárias, agentes sociais, estrelas do cotidiano que, com brilho e força, iluminam a jornada de milhões de paulistas e brasileiros. É nosso compromisso lutar para propiciar a elas mecanismos que ampliem suas possibilidades de crescimento. Mecanismos traduzidos em projetos e programas que gerem renda, trabalho, cidadania.

Mulheres como Cleuza Ramos, na Zona Oeste da Capital, cuja solidariedade serve de exemplo a todos. Montou, em parceria com o Fussesp, padarias artesanais em que ensina a população a produzir pães. Alimento que mistura ingredientes como dignidade, auto-estima, autoconfiança, respeito. Valores que também são a base do trabalho de Dona Lourdes, da Zona Norte – uma das primeiras a começar a produzir pães artesanais. Hoje, ela abriga mais de 300 crianças, em duas creches, além de ter montado uma casa para capacitar a comunidade da região.

A mesma força rege Dona Duda, que desempenha atividades essenciais às crianças carentes

da Zona Sul. Ela mesma construiu um espaço para receber a padaria artesanal, ensinando outras pessoas a fabricar pães. Mas vai além e realiza um trabalho de inclusão social com dependentes químicos. Já Dona Sônia mantém, na Zona Leste, um abrigo para crianças e adolescentes portadores de deficiência mental, dos quais 32 moram no local e outros 150 participam diariamente de programação especializada, fabricando, inclusive, o seu próprio pão e comercializando o excedente. Essas são apenas algumas das quase duas mil líderes comunitárias com as quais o Fussesp mantém uma sólida parceria. É nosso objetivo prosseguir desenvolvendo programas e criando espaços que resgatem a dignidade humana, estimulem a capacitação profissional e a geração de emprego e renda. Espaços como a “Casa da Solidariedade”, que atende crianças e adolescentes carentes. Ou como a “Estação Especial da Lapa”, um centro de convivência também voltado às pessoas portadoras de necessidades especiais. São instituições que funcionam como modelo de excelência para outros estados do Brasil e também para outros países.

Temos a sorte de contar com o exemplo de nossas Marias para manter nossa força e, assim, poder ampliar nossa atuação.



RENATO RICCI

Maria Lúcia Aickmin é presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo

Abertos VIII Jogos Estaduais do Idoso

A primeira-dama do Estado e presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado, Maria Lúcia Alckmin, abriu no último dia 25 de junho, os VIII Jogos Estaduais do Idoso (JEI), e afirmou que “a competição melhora a cada ano e as cidades-sede do evento se esmeram. O prefeito Maurici Mariano disse que “os Jogos Estaduais do Idoso coroam

o trabalho de nossa administração, que durante estes oito anos dedicou atenção especial para a criança e para os idosos, as duas pontas da vida humana que requerem atenção especial”.

Maurici disse que durante as comemorações dos 70 anos da Emancipação Política de Guarujá, será inaugurado o Ginásio da Terceira Idade “que funcionará

como um centro de convivência e de preparação de atletas, que estarão disputando novas competições e trazendo títulos, medalhas e glórias para a cidade do Guarujá”.

Mais de dois mil atletas, com idade mínima de 60 anos, vindos de cerca de 160 municípios do Estado de São Paulo, participaram da solenidade de abertura dos Jogos.

Arrastão social em Registro

A luta contra a exploração infantil e o esclarecimento da população sobre os programas desenvolvidos no Bem-Estar Social voltados para o atendimento de crianças e adolescentes, e de geração de renda para as famílias são os principais objetivos do programa Vida de Criança, que foi deflagrado no último dia 30 de junho, com um arrastão social na avenida principal de Registro. O arrastão social distribuiu cartazes, folders com os projetos do Bem-Estar Social e adesivos informando que lugar de criança é na escola e nos projetos sociais e não pedindo esmola ou trabalhando. “Ao dar esmola ou comprar qualquer produto vendido por criança na rua, estamos colaborando com a sua permanência nessa situação, excluindo-a da sociedade, da escola, do esporte, enfim, de sua vida de criança”, diz um dos folhetos da campanha.

Uma das ações de combate à ex-

ploração infantil é o plantão social, mantido pelo departamento do Bem-Estar Social. Durante o plantão, que se realiza também aos finais de semana, técnicos percorrem os pontos mais freqüentes de mendicância e de venda de produtos. Crianças e adolescentes são identificados e seus pais ou responsáveis são convocados a comparecer ao departamento. Aos pais é dada a possibilidade de se engajarem num dos projetos de geração de renda desenvolvidos pela prefeitura. As crianças são encaminhadas aos projetos sociais, e trocam as ruas por atividades esportivas e de lazer. Todas as atividades incluem alimentação.

Os técnicos do plantão social têm percebido que a maioria das crianças e adolescentes que permanecem nas ruas, vendendo coisas ou pedindo esmolas, são de famílias já cadastradas ou que abandonaram os projetos. Há casos, inclusive, em que até

PREF. MUNICIPAL DE REGISTRO



Comunidade mobiliza-se contra a exploração infantil

mesmo a Juíza da Vara da Infância e Juventude já conversou com os pais ou responsáveis sem conseguir solucionar o problema, o que torna ainda mais imprescindível o processo de conscientização das pessoas contra a exploração infantil. Atualmente, os projetos de geração de renda, em que as pessoas aprendem artesanato, corte de cabelo, corte e costura e pães, abrigam 200 famílias e os projetos sociais atendem 400 crianças e adolescentes.

O projeto Vida de Criança reúne as entidades de Registro que atuam com as crianças, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente.

Campanha do Agasalho arrecada mais de 11 milhões de peças

Senzibilizar as pessoas quanto à situação dos mais necessitados e promover ações concretas em defesa delas são uma constante no trabalho desenvolvido pelo Fussesp (Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo). A presidente da entidade e primeira-dama do Estado, Lu Alckmin, lançou no final de abril a Campanha do Agasalho/2004, com o slogan “Quanto mais quente mais gente”. O programa tinha como meta superar os sete milhões de peças arrecadadas em 2003 e conseguiu. Foram angariadas 11.238.868 milhões de peças, como divulgado no último dia 13 de julho, durante o encerramento da Campanha.

Para Lu Alckmin a Campanha deve ir além do gesto de doação.

“Deve levar a sociedade à reflexão sobre solidariedade, o verdadeiro significado da vida e o papel de cada um de nós na construção de um mundo melhor”, acredita. Para ela há necessidade de uma nova ética de convivência humana, na qual a co-responsabilidade social, seja um compromisso assumido por todos os cidadãos. “É necessário ter consciência de que a humanidade é uma só e que cada pessoa é importante para que a sociedade seja mais saudável, justa e fraterna”, afirma a presidente do Fundo Social do Estado.

Na Capital as peças arrecadadas serão repassadas às 1.900 entidades cadastradas no Fussesp, aos albergues e moradores de

RENATO RICCI

Total de peças arrecadadas pela Campanha do Agasalho/2004

rua. As doações também serão realizadas nos 645 municípios do Estado e o que for arrecadado em cada cidade, ficará para a distribuição local. Como em 2003, a atenção especial foi dada aos 50 municípios que têm IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo. A idéia é ajudar as cidades que não têm condições de arrecadar agasalhos para atender à população mais carente.

A Campanha recebeu o apoio de 800 parceiros, somou mais de nove mil postos de arrecadação e teve a participação de várias entidades, demonstrando o total engajamento da sociedade civil.

Associação Comercial premia comerciantes em seu dia

O evento transcorreu no Palácio dos Bandeirantes e contou com a presença do governador Geraldo Alckmin, do vice-governador Cláudio Lembo, do presidente da ACSP Guilherme Afif Domingos, além de outras autoridades.

Para Afif Domingos o empreendedorismo da categoria deve ser enaltecido. Os empreendedores são agentes de transformação e para isso contam com a força de todos os segmentos organizados da sociedade. “Nosso objetivo é difundir o empreendedorismo, por meio do teatro, nas faculdades,

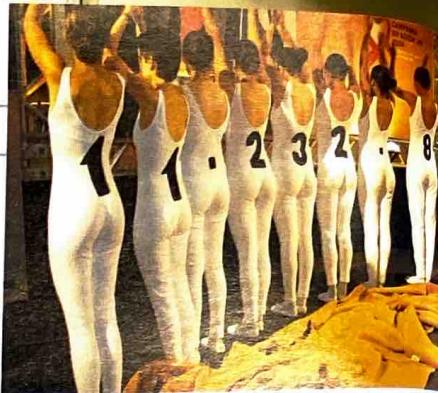
manancial inesgotável de potenciais empreendedores”, afirmou Afif. Sua intenção concretizou-se com a apresentação do espetáculo “Auto dos Sete Caminhos”. Para o governador Alckmin gerar emprego e renda é sempre um grande desafio. “Quando administração pública e privada se unem e criam condições, mesmo que isso demande luta e sacrifício, sem fórmulas mágicas, gera eficácia, que resulta na melhora da qualidade de vida e isso, a sociedade paulista realiza de forma espontânea”, finalizou.



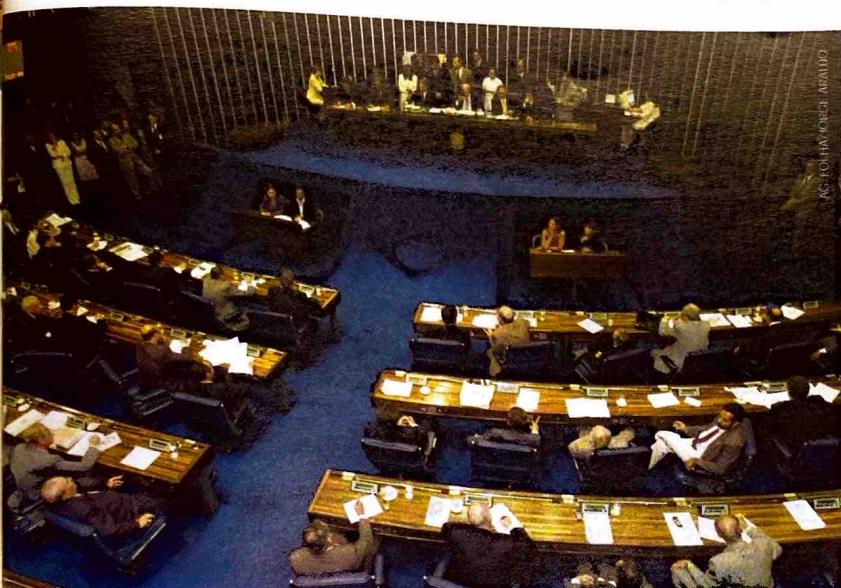
Afif Domingos, Geraldo Alckmin e representantes da ACSP

RENATO RICCI

A Associação Comercial de São Paulo premiou, no último dia 14 de julho, data em que se comemora o Dia do Comerciante, as 15 empresas mais antigas filiadas à entidade.



Senado rejeita PEC dos Vereadores



Senado reduz número de vereadores no País

Em sessão tumultuada, realizada em 29 de junho, o Senado rejeitou a Proposta de Emenda à Constituição que alterava a formação das câmaras de vereadores, conhecida como PEC dos Vereadores. O texto que havia sido aprovado em maio pela Câmara Federal, reduzia em 5.062 o número de vagas para vereadores em todo o País, que hoje é de 60.265. O projeto original enviado em abril pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) acatando uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), e que acabou sendo aprovado, determina um corte de 8.528 cadeiras nos legislativos. Pelo projeto aprovado, fica determinado que os municípios com menos de um milhão de habitantes passarão a ter no mínimo nove e no

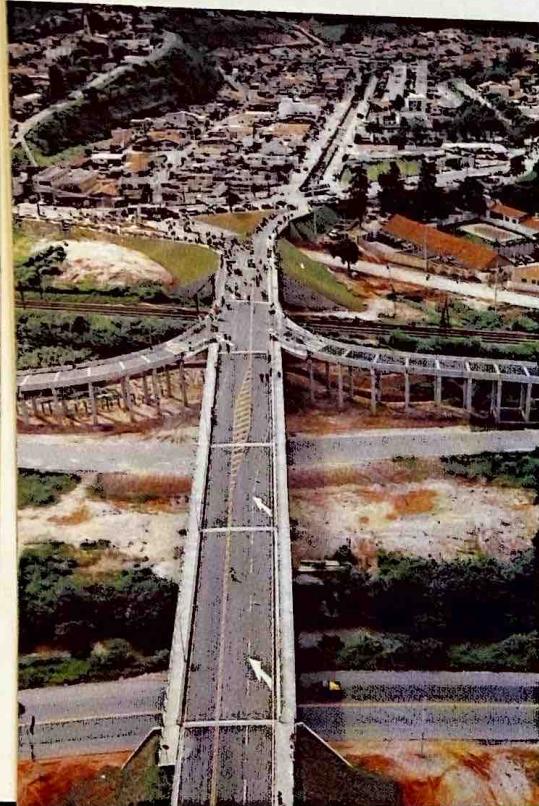
máximo 21 vereadores. A decisão foi tomada em julgamento de recurso extraordinário contra dispositivo da Lei Orgânica do município paulista de Mira Estrela.

Com a rejeição da matéria pelos senadores, a decisão do TSE passa a vigorar a partir das eleições municipais de outubro deste ano. Entretanto, o corte nos Legislativos municipais, não será acompanhado de uma queda no valor do orçamento que é destinado a este poder. Os defensores da fórmula derrotada alegavam ser esta a vantagem do projeto que diminuía em meio ponto percentual o repasse do duodécimo (verba enviada pelos Executivos municipais às Câmaras), que hoje é de 8% da receita arrecadada pelos municípios.

Atualização de cadeiras

mil habitantes	vereadores
Até 47.619	9
De 47.620 a 95.238	10
De 95.239 a 142.857	11
De 142.858 a 190.476	12
De 190.477 a 238.095	13
De 238.096 a 285.714	14
De 285.715 a 333.333	15
De 333.334 a 380.952	16
De 380.953 a 428.571	17
De 428.572 a 476.190	18
De 476.191 a 523.809	19
De 523.810 a 571.428	20
De 571.429 a 1.000.000	21
De 1.000.001 a 1.121.952	33
De 1.121.953 a 1.243.903	34
De 1.243.904 a 1.365.854	35
De 1.365.855 a 1.487.805	36
De 1.487.806 a 1.609.756	37
De 1.609.757 a 1.731.707	38
De 1.731.708 a 1.853.658	39
De 1.853.659 a 1.975.609	40
De 1.975.610 a 4.999.999	41
De 5.000.000 a 5.119.047	42
De 5.119.048 a 5.238.094	43
De 5.238.095 a 5.357.141	44
De 5.357.142 a 5.476.188	45
De 5.476.189 a 5.595.235	46
De 5.595.236 a 5.714.282	47
De 5.714.283 a 5.833.329	48
De 5.833.330 a 5.952.376	49
De 5.952.377 a 6.071.423	50
De 6.071.424 a 6.190.470	51
De 6.190.471 a 6.309.517	52
De 6.309.518 a 6.428.564	53
De 6.428.565 a 6.547.611	54
Acima de 6.547.612	55

Trilha para o desenvolvimento de uma cidade próspera



Vista aérea do município

Era uma vez um prefeito que amava Led Zeppelin, os Rolling Stones e, é claro, política. Mineiro de Borda da Mata, advogado, compositor (já compôs várias músicas para grupos renomados) e ex-deputado estadual pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), Clemente Manoel de Almeida, prefeito de Várzea Paulista, já em seu terceiro mandato, vem imprimindo uma administração ordenada e bastante planejada à cidade de pouco mais de cem mil habitantes e bem próxima à capital.

Investimentos maciços nas áreas de Educação e Saúde fazem cidade prosperar, de forma planejada

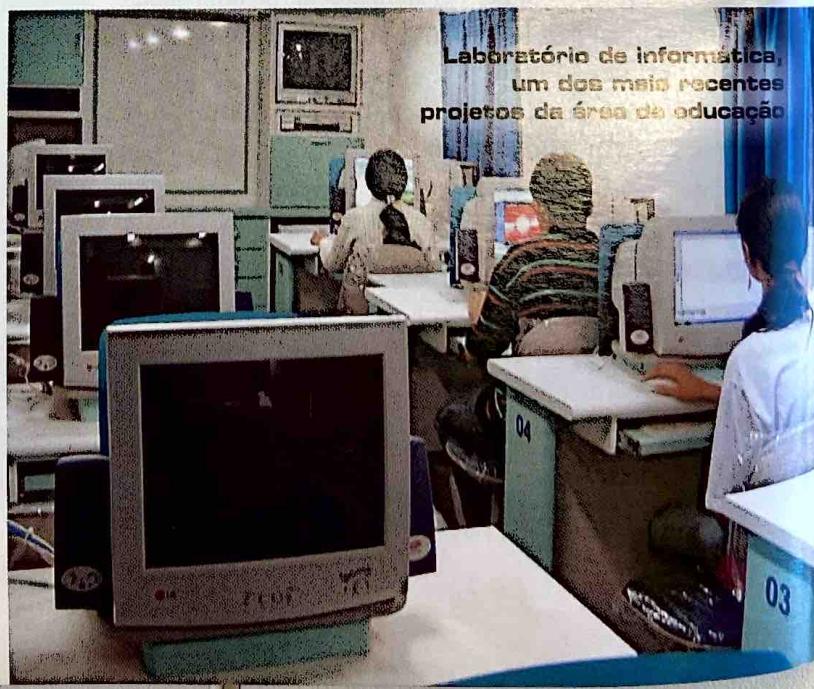
POR VIVIANE NUNES

Para o prefeito de Várzea, Educação e Saúde são prioridades básicas da administração, além de áreas como Saneamento Básico e Infra-estrutura Viária. "Não deixamos que essas duas áreas – Educação e Saúde – virassem bandeira política, só promessa de campanha, partimos para a ação". Para se ter uma idéia, em 1997, o município tinha duas mil crianças sem salas de aula, uma condição bastante complicada segundo o prefeito, "com muitas delas estudando em outros municípios e com uma evasão e repetência exageradas. Partimos para uma mudança nessa área. É claro que essas mudanças não ocorrem de

um ano para o outro. E hoje, para nossa comemoração, não temos nenhuma criança fora das salas de aula, estamos construindo a décima quarta escola e investimos não só na estrutura das escolas como também no setor pedagógico. Procuramos estar sempre atentos aos detalhes, pois eles sim, fazem a diferença".

Investimentos em Educação

Várzea Paulista, apesar da baixa receita anual, ocupa o segundo lugar em investimentos em Educação conforme o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano do Município). A posição só reafirma

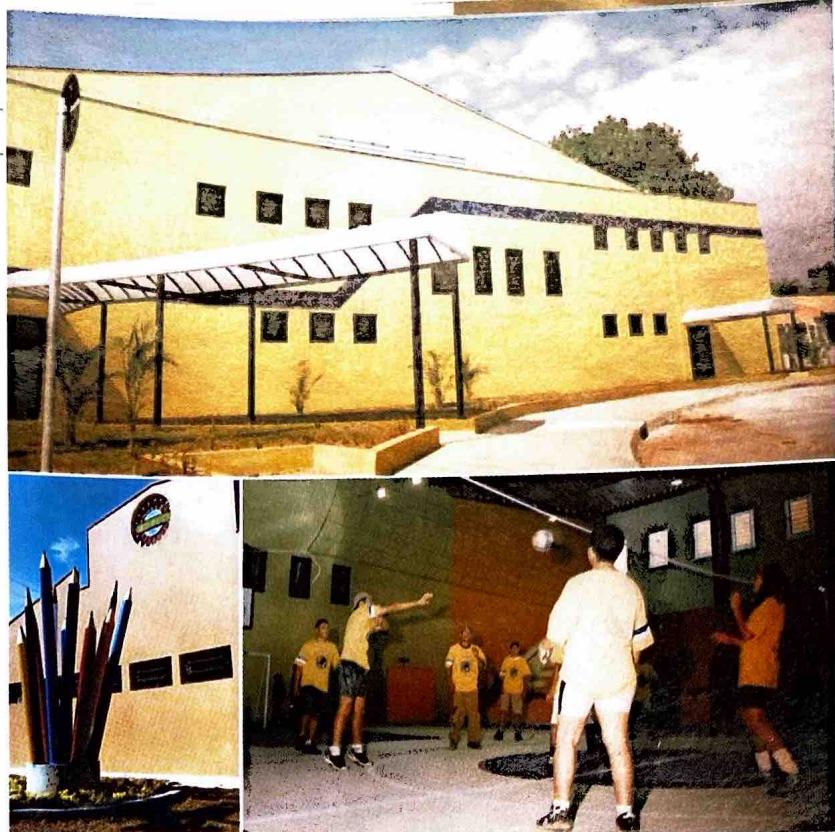


a preocupação da Prefeitura com este setor. "Perdemos somente para Jundiaí, que tem um orçamento dez vezes maior do que o nosso", orgulha-se Clemente Manoel.

"Estamos preparando nossas crianças para o futuro e fico feliz de ver que estamos no caminho certo", completa. O prefeito lembra que os investimentos são aplicados tanto nas escolas quanto no setor de transporte e capacitação de profissionais. A frota escolar conta com cinco peruas e um microônibus que transporta atualmente cerca de 300 crianças. São também oferecidos passes escolares para 300 famílias e auxílio-viagem para aqueles que estudam fora, fazendo curso universitário ou técnico. De acordo com o prefeito, os alunos recebem de 10% a 50% de acordo com a renda per capita da família.

Merenda é coisa do passado

Em todas as escolas da rede municipal, os alunos recebem café da manhã, almoço e café da tarde. De acordo com o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar),



Casa do Adolescente (acima), escola (à esquerda) e centro esportivo contemplam os jovens

a merenda deve ter 350 calorias e oito gramas de proteínas diárias, suprindo 5% das necessidades calóricas das crianças. No município de Várzea Paulista, os índices mínimos exigidos estão sendo superados. "Oferecemos às crianças arroz, feijão, carne, salada, pão com margarina e leite e isso se torna um incentivo para que elas venham à escola", explica Clemente Manoel.

Primeira Casa do Adolescente do Brasil

Criada na primeira gestão do prefeito Clemente Manoel, em 1987, a Casa do Adolescente faz da prevenção, sua principal bandeira de trabalho, desenvolvida para jovens de dez a 20 anos inscritos em seus programas, com capacidade para atender quatro mil adolescentes.

Sensível ao agravamento dos problemas da juventude, os idealizadores da Casa convocaram a

o município investe maciçamente na Educação de carentes

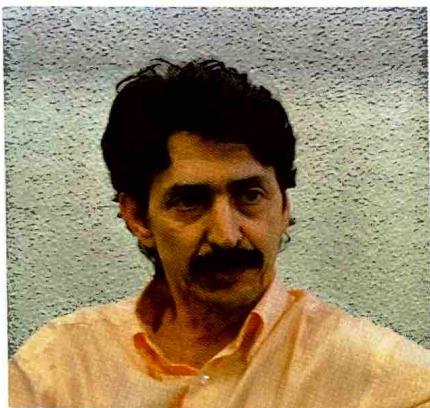
comunidade na tarefa da prevenção contra os malefícios das drogas, doenças transmissíveis e gravidez indesejada ou precoce, da criminalidade – fenômenos comuns às concentrações urbanas.

Co-gerenciando os programas, a comunidade assumiu também a responsabilidade de preservar a Casa contra as oscilações da política, tornando a entidade um bem público – hoje transformada em Fundação.

Os jovens que ingressam na Casa são submetidos a uma equipe multidisciplinar formada por



Crianças recebem atendimento especializado



O prefeito Clemente Manoel

médicos clínicos e ginecologistas, psicólogos, pedagogos, sociólogos fonoaudiólogos e jornalista que atuam preventivamente na conhecida Síndrome Normal da Adolescência. A formação religiosa também não foi esquecida. Todas as semanas, padres ou pastores passam pela Casa para ministrar a palavra, independente da religião do jovem. O que vale mesmo é a formação humana. Para o prefeito “o objetivo de todo esse contato com profissionais é transformar os jovens em agentes multiplicadores

das ações preventivas realizadas pela Casa”.

Cursos, num total de 27, envolvendo arte, dança, música, orientação profissional, funcionam em paralelo com palestras sobre assuntos ligados à adolescência, em especial, drogas, gravidez precoce, relacionamentos conflituosos, métodos anticoncepcionais, desenvolvimento físico, emocional e social. Na Casa funciona também o Fala Adolescente, uma linha telefônica 0800, destinada a esclarecer as dúvidas dos jovens.

Conquistas na Saúde

A cidade de Várzea Paulista conseguiu avanços significativos, nos últimos anos, na área da Saúde. A população foi beneficiada como

Cidade possui a Primeira Casa do Adolescente do Brasil

de esforços. “Fizemos muitos progressos, construímos novos postos e ampliamos os já existentes, conseguimos organizar o serviço de Saúde Mental, aumentamos a oferta de medicamentos, contratamos os serviços de raios-x, mamografia e ultra-sonografia, criamos o programa de carências nutricionais, a farmácia comunitária e formamos os grupos de planejamento familiar, gestantes e pacientes ostomizados”, explica.

Ambulatório de especialidades

Outra conquista na área de Saúde foi a inauguração do Ambulatório de Especialidades em 2001. Considerado pelo prefeito como “a menina dos olhos de Várzea”, atende em média dois mil pacientes por mês. A idéia de construí-lo surgiu da necessidade e da dificuldade da população em conseguir consultas com especialistas. Com seis especialidades – urologia, cardiologia, gastroenterologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e dermatologia, o ambulatório oferece ainda exames de eletrocardiograma e ultra-sonografia e faz colposcopia, cauterizações e colocação de DIU. No próximo



o ambulatório de especialidades.

Quando o prefeito Clemente Manoel assumiu o cargo, Várzea tinha apenas 15 médicos, hoje conta com mais de 50. A prefeitura está trabalhando para cuidar da Saúde da população e para isso não me-



Saúde: uma preocupação constante

Comunidade terá cursos durante o período de férias

mês, a população contará com o pronto-atendimento que está sendo montado para funcionar 24 horas, inclusive nos finais de semana, com capacidade para 20 leitos – adultos e crianças – com internações de no máximo 24 horas.

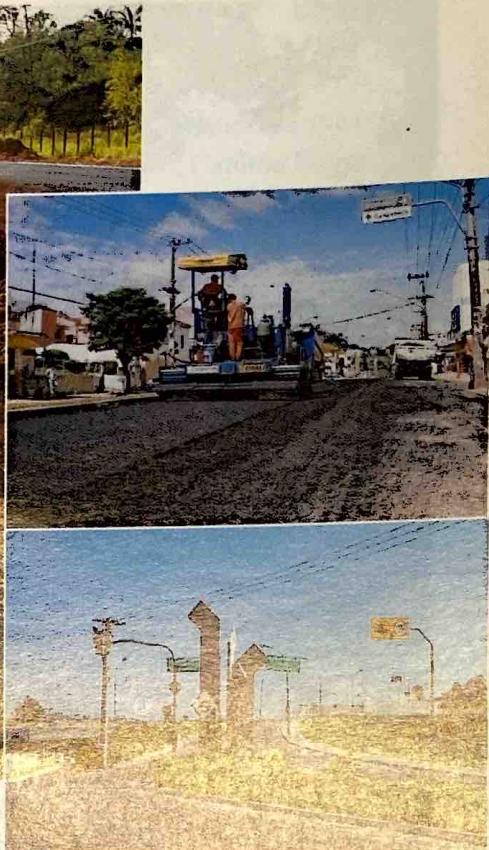
Atendimento às gestantes

Projeto pioneiro da região, uma das novidades da área de Saúde do município, a Casa do Parto, com inauguração prevista para este mês, vai funcionar com atendimento personalizado e capacidade para a realização de dois partos simultaneamente.

O projeto atenderá mulheres de 20 a 35 anos, com gravidez de baixo risco. Os partos serão realizados por médicos especialistas em



Obras viárias transformaram Várzea Paulista em uma...

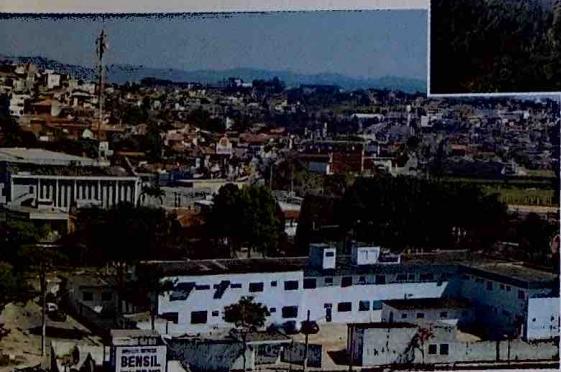


Escolas abertas à comunidade nas férias

A cidade de Várzea Paulista está desenvolvendo um projeto inédito para estas férias escolares. As escolas municipais estarão abertas para toda a comunidade oferecendo oficinas de Inglês (para crianças de quatro a oito anos e adultos acima de 20 anos), Educação Física (para crianças de sete a 15 anos e adultos acima de 25 anos), Artesanato (para interessados que tenham acima de 15 anos) e Informática. As oficinas têm por objetivo oferecer espaço escolar para que a comunidade tenha oportunidade de desenvolver suas potencialidades e habilidades. Segundo o prefeito, "a idéia é estar interagindo alunos e pais e toda a comunidade para que possam ocupar esse período de férias aprendendo e desenvolvendo sua criatividade".



...cidade planejada tanto na zona rural quanto urbana





Município do Vale do Ribeira oferece excelência de vida

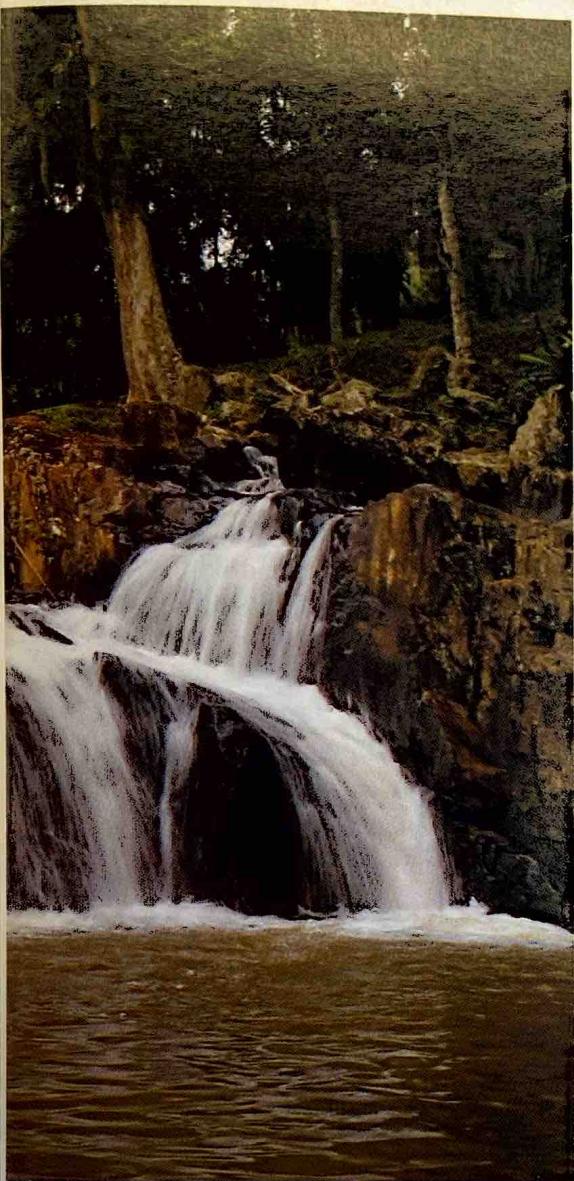
Belezas naturais e meio ambiente bem preservados

O caçula dos municípios do Vale do Ribeira investiu em equipamentos e projetos e zerou a mortalidade infantil

Omunicípio de São Lourenço da Serra, o caçula do Vale do Ribeira, com apenas 14 mil habitantes, a 52 quilômetros da Capital, conseguiu um feito inédito no País: reduzir a zero vários índices relativos à Saúde. A queda da mortalidade infantil no município apresenta hoje um índice de 990 por mil nascidos vivos. Com essa redução, a cidade é apontada como a primeira colocada entre

os 39 municípios que compõem a Grande São Paulo. Os últimos índices de mortalidade infantil fornecidos pela secretaria de Estado da Saúde eram de 55,17 (1995) e 12,00 (1999) por mil nascidos vivos. Isso mostra que ocorreu uma mudança significativa na administração municipal para alcançar, em 2003, um índice zero de mortalidade.

“Foi necessário muito trabalho e



FOTOS: RENATO RICCI

dedicação para reduzir esse número", afirma o Capitão Lener Ribeiro, prefeito do município. Não é por acaso que ele foi escolhido, recentemente, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e pelo Instituto Teotônio Vilela como integrante do grupo dos cinco melhores prefeitos tucanos do Brasil, na área de Saúde Pública, em 2004.

Segundo Capitão Lener, já em seu

segundo mandado consecutivo, "foi necessário implantar todos os programas básicos de governo como saneamento, coleta de lixo, merendas, creches, como um todo, para zerar a mortalidade". Para chegar a essa qualidade de vida saudável, o Capitão, como é conhecido, colocou em prática o Programa Municipal de Controle da Saúde Materno-Infantil, lançado em 1996. "Nossas crianças são assistidas antes mesmo de nascerem. Mudamos nosso conceito de merenda distribuída nas escolas. Foram tiradas todas as comidas industrializadas como achocolatados, leite, bolacha, salsicha, açúcar e trocamos por leite de soja, farelo, multimistura, mandioca, bucho de vaca. Essa mudança apresentou um ótimo resultado no desempenho das crianças e dos adolescentes nas escolas da região". "Aplicamos muito em Saúde, fazemos campanhas de vacinação e nenhuma de nossas crianças deixou de ser vacinada", completa Izabel Bhering Ribeiro primeiradama de São Lourenço da Serra, responsável por 23 dos projetos sociais do município.

Coleta seletiva eleva qualidade de vida

Criado nos primeiros meses de seu mandato, Capitão Lener vem implantando sistematicamente o Programa Lixo e Cidadania que tem melhorado os índices da qualidade de vida no município. A primeira fase do projeto foi o combate aos minilixões espalhados à beira das estradas e margens de rios que circundam a cidade, com a instalação de lixeiras em pontos mais críticos de todos os bairros. Depois dessa fase, aplicou-se

uma eficiente

coleta seletiva domiciliar com cobertura de mais de 60% do território municipal. "Nossa cidade é muito extensa, temos 192 quilômetros quadrados de área, sendo que metade de nossa população vive em áreas rurais, e todos contribuíram para o sucesso do nosso programa", afirma Izabel.

"A multimistura fortalece o organismo e combate a desnutrição"



Incubadora cultural: cursos aos municípios



Município do Vale do Ribeira oferece excelência de vida

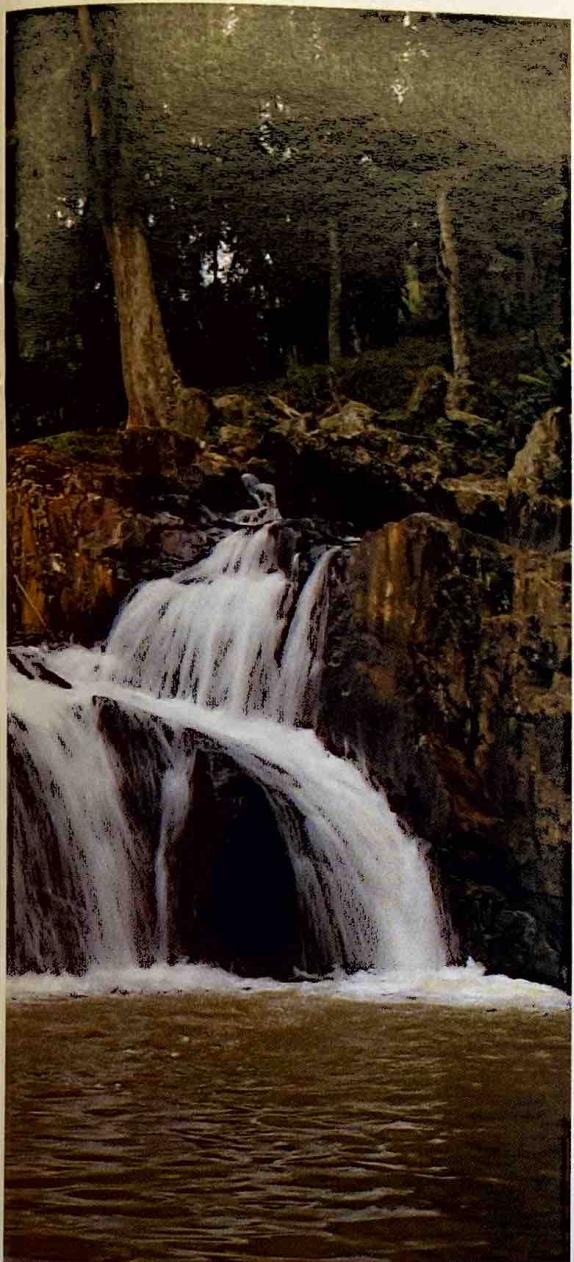
Belezas naturais e meio ambiente bem preservados

O caçula dos municípios do Vale do Ribeira investiu em equipamentos e projetos e zerou a mortalidade infantil

O município de São Lourenço da Serra, o caçula do Vale do Ribeira, com apenas 14 mil habitantes, a 52 quilômetros da Capital, conseguiu um feito inédito no País: reduzir a zero vários índices relativos à Saúde. A queda da mortalidade infantil no município apresenta hoje um índice de 990 por mil nascidos vivos. Com essa redução, a cidade é apontada como a primeira colocada entre

os 39 municípios que compõem a Grande São Paulo. Os últimos índices de mortalidade infantil fornecidos pela secretaria de Estado da Saúde eram de 55,17 (1995) e 12,00 (1999) por mil nascidos vivos. Isso mostra que ocorreu uma mudança significativa na administração municipal para alcançar, em 2003, um índice zero de mortalidade.

“Foi necessário muito trabalho e



FOTOS: RENATO RICCI

dedicação para reduzir esse número", afirma o Capitão Lener Ribeiro, prefeito do município. Não é por acaso que ele foi escolhido, recentemente, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e pelo Instituto Teotônio Vilela como integrante do grupo dos cinco melhores prefeitos tucanos do Brasil, na área de Saúde Pública, em 2004.

Segundo Capitão Lener, já em seu

segundo mandado consecutivo, "foi necessário implantar todos os programas básicos de governo como saneamento, coleta de lixo, merendas, creches, como um todo, para zerar a mortalidade". Para chegar a essa qualidade de vida saudável, o Capitão, como é conhecido, colocou em prática o Programa Municipal de Controle da Saúde Materno-Infantil, lançado em 1996. "Nossas crianças são assistidas antes mesmo de nascerem. Mudamos nosso conceito de merenda distribuída nas escolas. Foram tiradas todas as comidas industrializadas como aachocolatados, leite, bolacha, salsicha, açúcar e trocamos por leite de soja, farelo, multimistura, mandioca, bucho de vaca. Essa mudança apresentou um ótimo resultado no desempenho das crianças e dos adolescentes nas escolas da região". "Aplicamos muito em Saúde, fazemos campanhas de vacinação e nenhuma de nossas crianças deixou de ser vacinada", completa Izabel Bhering Ribeiro primeiradama de São Lourenço da Serra, responsável por 23 dos projetos sociais do município.

"A multimistura fortalece o organismo e combate a desnutrição"

Coleta seletiva eleva qualidade de vida

Criado nos primeiros meses de seu mandato, Capitão Lener vem implantando sistematicamente o Programa Lixo e Cidadania que tem melhorado os índices da qualidade de vida no município. A primeira fase do projeto foi o combate aos minilixões espalhados à beira das estradas e margens de rios que circundam a cidade, com a instalação de lixeiras em pontos mais críticos de todos os bairros. Depois dessa fase, aplicou-se uma eficiente coleta seletiva domiciliar com cobertura de mais de 60% do território municipal. "Nossa cidade é muito extensa, temos 192 quilômetros quadrados de área, sendo que metade de nossa população vive em áreas rurais, e todos contribuíram para o sucesso do nosso programa", afirma Izabel.



Incubadora cultural: cursos aos municípios



Bem nutritidas, crianças e adolescentes...



...aproveitam melhor o que lhes...



...é oferecido pelos equipamentos municipais

Merenda mais nutritiva

Não basta só melhorar a Saúde, investir na merenda escolar foi um fator que também ajudou a diminuir a mortalidade infantil no município. As crianças das 14 escolas municipais e das três creches passaram a ingerir uma alimentação de melhor qualidade acrescida de farelo de trigo. Uma farinha enriquecida, doada mensalmente à prefeitura, que é misturada à comida. "Com este farelo também são produzidos pães e bolos, que além de muito nutritivos as crianças adoram", ressalta Izabel.

Saneamento e coleta seletiva combatem a mortalidade infantil

Mas a "menina dos olhos" do Capitão é a multimistura, um composto que leva 15% de folhas verdes, colhidas na própria região, sementes e 70% do farelo de trigo. "Esse composto oferece a todas as crianças não só uma alimentação saudável, mas altamente nutritiva e rica em vitaminas. E criança bem nutrida é mais feliz e aprende melhor", afirma Izabel. "Além da melhora na alimentação e da alta receptividade por parte das crianças, a multimistura ajudou na redução de peso dos obesos e na diminuição das cárries das

crianças. Em gestantes melhora o desenvolvimento do feto e contribui para o aumento de leite no período de amamentação", completa Maria da Graça Lopes César, diretora de Saúde de São Lourenço da Serra.

No próximo mês será inaugurada uma fábrica de multimistura, que além de fornecer produtos para o município, poderá atender aos pedidos de toda a região.

Saúde é o que interessa

São Lourenço da Serra conta com equipes multissetoriais de Saúde compostas por médicos, enfermeiras, auxiliares de enfermagem e agentes de saúde que passam regularmente em todos os bairros da cidade para cuidar da Saúde de seus municípios.

Mulheres grávidas recebem um atendimento diferenciado na cidade. Com o Programa Parto Humanizado as gestantes têm orientação e consultas regulares desde o pré-natal até o parto. A cidade conta ainda com o programa Odonto-Bebê, em que



O prefeito Capitão Lener Ribeiro e a primeira-dama Izabel Bhering Ribeiro

mães recebem orientação de higiene e amamentação e de como cuidar melhor de seu filho.

Diversão e arte em toda parte

Visando diminuir a exclusão social diversos projetos culturais foram implantados na administração do Capitão Lener. Entre eles, o Espaço Amigo para crianças entre sete e 14 anos, que oferece várias atividades educacionais e culturais.

Outro ponto de destaque da cidade são as Incubadoras Culturais que atendem crianças e adolescentes de todas as idades. "Aqui elas

aprendem a dançar, cantar, tocar instrumentos musicais e fazer trabalhos artísticos", afirma Lisleine Diniz, chefe da divisão municipal de Cultura. "Ao invés de ficar na rua ou em casa sem fazer nada, elas estão aqui e aprendendo brilhantemente", ressalta Lisleine. Outro destaque é o infocentro, equipamento em que a população pode acessar a internet e usar computadores para diversos trabalhos, gratuitamente, em qualquer dia e hora.

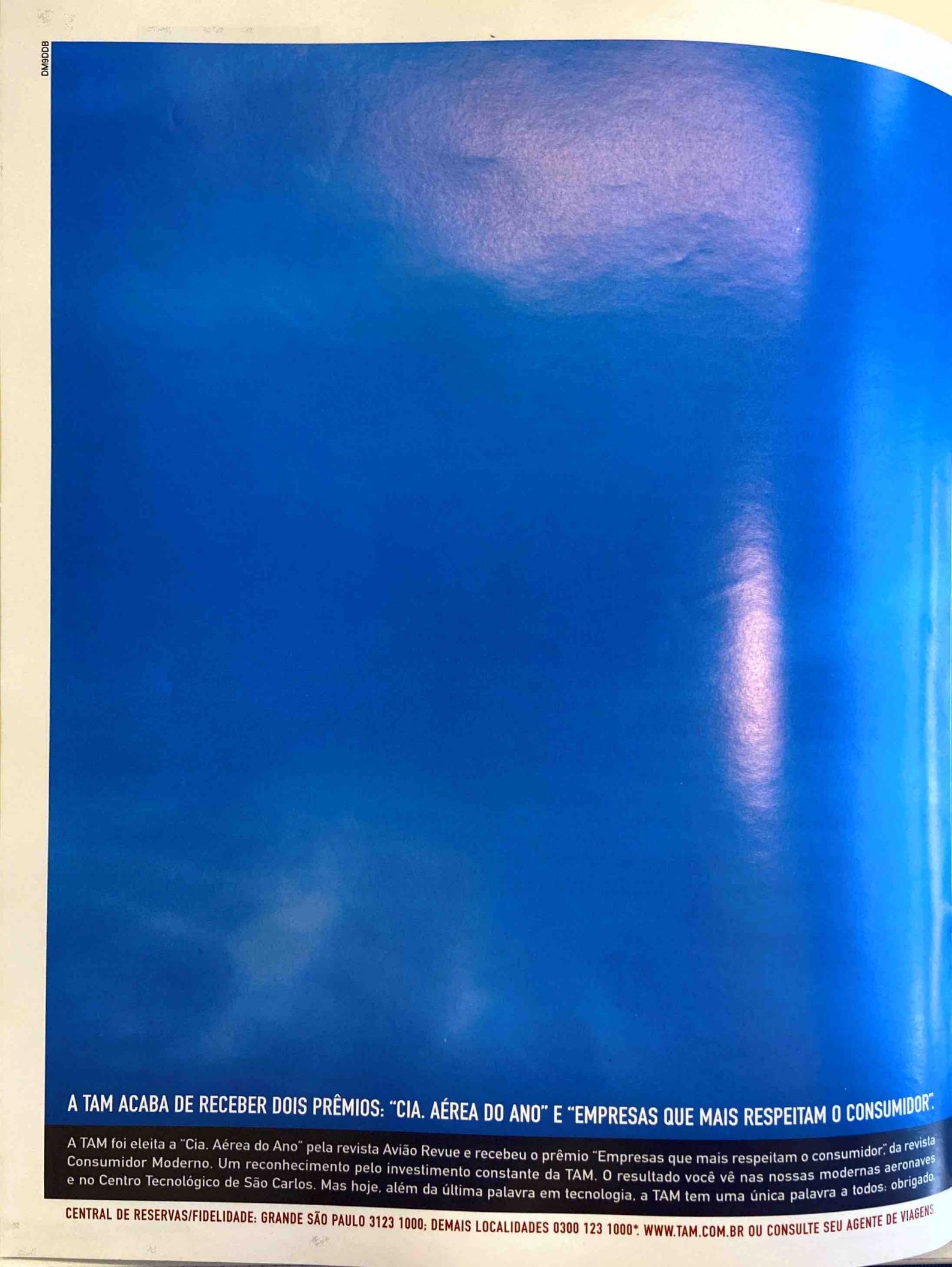
Lisleine cita ainda o Cinearte, outro atrativo para as crianças que gostam de curtir filmes. "Montamos um telão em nossa Paróquia e passamos um filme, geralmente voltado à família, com direito à pipoca e refrigerante. As crianças adoram", comemora.

O incentivo aos novos talentos é outro ponto forte. Em setembro acontece o Primeiro Festival de Música Juvenil de São Lourenço, em que novos talentos como compositores e músicos apresentarão seus trabalhos no coreto da cidade. Os premiados ganharão um cd gravado. (V.N.)

Estância das Águas

São Lourenço da Serra caminha para se tornar a mais nova estância hidromineral, ao lado de mais três municípios da região: Juquitiba, Itapecerica da Serra e Embu-Guaçu, formando assim o mais novo circuito das águas, em parceria com a iniciativa privada ligada ao setor. Este projeto deve-se à grande quantidade de água que dispõe a região tendo como a qualidade sua

principal característica. A parceria entre as cidades visa contribuir para o desenvolvimento das comunidades, bem como para o alcance de melhores níveis de bem-estar social e econômico para as populações, aproveitando as oportunidades oferecidas pelas especiais características naturais de seus territórios, especialmente as águas disponíveis, num espírito de igualdade, aliança e cooperação.



A TAM ACABA DE RECEBER DOIS PRÊMIOS: "CIA. AÉREA DO ANO" E "EMPRESAS QUE MAIS RESPEITAM O CONSUMIDOR".

A TAM foi eleita a "Cia. Aérea do Ano" pela revista Avião Revue e recebeu o prêmio "Empresas que mais respeitam o consumidor" da revista Consumidor Moderno. Um reconhecimento pelo investimento constante da TAM. O resultado você vê nas nossas modernas aeronaves e no Centro Tecnológico de São Carlos. Mas hoje, além da última palavra em tecnologia, a TAM tem uma única palavra a todos: obrigado.

CENTRAL DE RESERVAS/FIDELIDADE: GRANDE SÃO PAULO 3123 1000; DEMAIS LOCALIDADES 0300 123 1000*. WWW.TAM.COM.BR OU CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS



TODO MUNDO QUE
GANHA PRÊMIOS AGRADECE
OLHANDO PARA O CÉU.
A TAM NÃO É DIFERENTE.

NOSSO DESTINO É VOCÊ.

*Serão cobrados R\$ 0,31 mais impostos por minuto para ligações efetuadas de telefones fixos e R\$ 0,63 mais impostos para ligações efetuadas de telefones móveis.

TAM

Lei de Responsabilidade Fiscal completa três anos

SÉRGIO CIQUERA ROSSI E FLÁVIO C. DE TOLEDO JR.

Análise das contas municipais aponta para um quadro positivo ao atendimento dos princípios de uma boa gestão fiscal

Em maio de 2003 a Lei Complementar nº 101 completou três anos de vigência, período em que se verificaram substanciais alterações no modo de conduzir as finanças das entidades políticas da Nação, sobretudo dos municípios, vez que União e Estados, em razão de seu elevado endividamento, já se viam antes submetidos aos rigores de certos programas de ajuste fiscal. No âmbito local de governo a eficácia do novo direito vem sendo estudada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com base em demonstrativos orçamentários que os municípios encaminham, todo ano, à secretaria do Tesouro Nacional (LRF; art. 51). Dentre várias outras informações, tais estudos revelam que “praticamente todos os municípios cobraram impostos próprios; os resultados orçamentários apresentaram superávits, tanto no montante agregado quanto na

grande maioria das cidades; e a despesa com pessoal de todos os poderes e a dívida consolidada ficaram bem abaixo do limite legal. A análise das contas municipais aponta, portanto, para um quadro positivo em relação ao atendimento dos princípios de uma boa gestão fiscal” (*)

Malgrado esse cumprimento de basilares prescrições da nova disciplina fiscal, a experiência mostra-nos que, em face de carencias técnicas, outras demandas

Papel da LDO é bem gerir o dinheiro recolhido da sociedade

da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) não vêm sendo fielmente cumpridas por todas as administrações municipais. Tais exigências, adiante comentadas, possuem função articulada com princípios essenciais da gestão fiscal responsável; não atendidas, podem, no futuro, comprometer os atuais esforços de restrição orçamentária.

Além de mostrar, de forma obje-

tiva, a resolução de tais lacunas, este artigo comenta aspectos relevantes das últimas portarias da secretaria do Tesouro Nacional, editadas em 23 de outubro de 2002 e que levam os números 516 e 517.

Conteúdos básicos da LDO

Grande parte das inovações fiscais deve, todo ano, estar prevista na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que, assim, assume destacado papel na atual sistemática de bem gerir o dinheiro recolhido compulsoriamente da sociedade civil.

Na condição de norma própria de direito financeiro, específica a cada ente estatal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre várias outras prescrições, não poderá dispensar os seguintes conteúdos:

- Revelar qual o tipo de despesa a ser congelada, caso a receita apurada bimestralmente pelos municípios evolua abaixo do esperado. Neste caso, não se pode olvidar a contribuição feita pelas Câmaras de Vereadores e pelas entidades da administração indireta;
- Definir critérios para ajudar financeiramente instituições do

setor privado, sem fins lucrativos e voltadas, tão-somente, aos setores da assistência social, cultura, educação e saúde (ex.: certificação junto ao respectivo Conselho Municipal; desimpedimento junto ao Tribunal de Contas; abrangência de famílias com renda de até dois salários mínimos mensais);

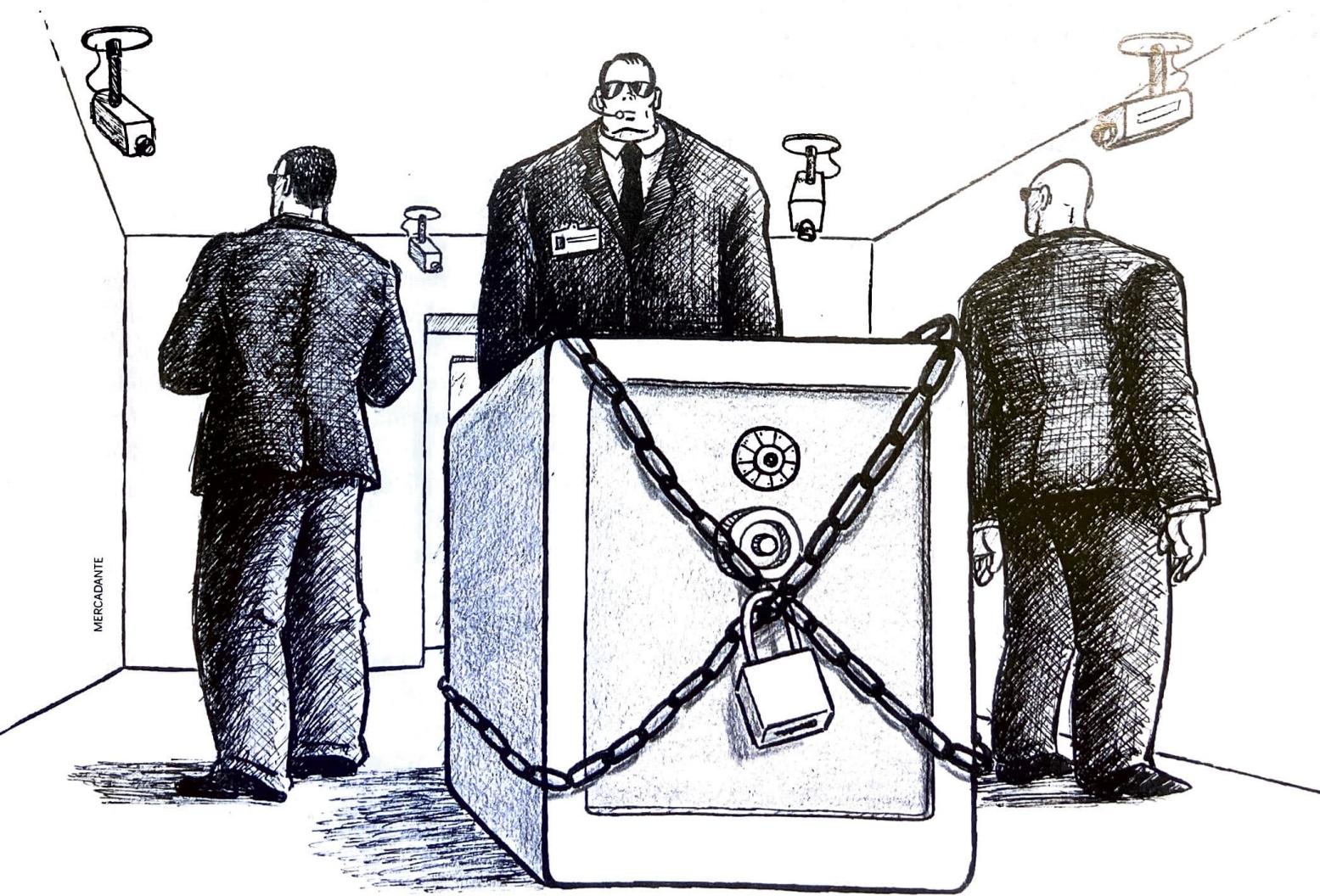
- Determinar limites específicos para autarquias, fundações e empresas dependentes, visto que a LRF, objetivamente, não os estabelece. É bem o caso dos freios para o gasto com pessoal e das proibições relativas ao término de mandato do prefeito municipal, conquanto, neste

último caso, aquelas pessoas não podem se servir como mecanismo de execução das práticas vedadas (restos a pagar sem lastro de caixa e despesa com recursos humanos nos últimos 180 dias da atual gestão política);

- Nas unidades locais em que ainda subsistem restos a pagar

sem provisão financeira, projetar superávits orçamentários para, com esses, gerar sobra financeira e dirimir aquele passivo residual. Tal estimativa se materializa em anexo da LDO, o das metas fiscais (art. 4º, § 1º). Aqui, interessante anotar três situações fáticas: a) a desejada coincidência entre haveres financeiros e restos a pagar somente acontecerá quando, no período sucessivo à LRF, produzir-se superávit equivalente aos restos a pagar incorridos antes da vigência do novo direito financeiro; b) esses resíduos passivos serão descontados do excesso de arrecadação que lastreia créditos adicionais; c) apesar de o Novo

**Serviços
prestados por
terceiros não
podem exceder
aos de 1999**



Código Civil não dispor a esse respeito, salutar que os liquidados restos a pagar permaneçam ao menos cinco anos no passivo de curto prazo dos Municípios, o denominado financeiro;

- O outro anexo da LDO, o de riscos fiscais, não se limita a descrever e quantificar precatórios judiciais; pode, de igual modo, antever contingências diversas, tal qual a contestação judicial de tributo recentemente criado ou aumentado e, ainda, prejuízos reiterados de empresas municipais com patrimônio líquido crescentemente negativo.

Inserções em processos licitatórios

A construção de pronto-socorro ou ginásio de esportes, a implantação do serviço de apoio ao pequeno agricultor, o programa de maior atendimento escolar, a informatização da contabilidade, a abertura de nova estrada vicinal, todas essas ações têm a ver com criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental; os gastos daí decorrentes, em sua fase inicial, oneram categoria orçamentária designada como projeto.

A termo do que dispõe o art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, ditos projetos requerem anotações no processo administrativo que abriga a correspondente licitação ou contratação direta (dispensa/inexigibilidade); isso, vale destacar, na mesma passagem em que se consignam as cautelas solicitadas pelo art. 38 do Estatuto de

Licitações e Contratos. Na omissão desses procedimentos, o gasto é tido como não-autorizado, irregular e lesivo ao patrimônio público (LRF, art. 15).

Nesse diapasão, o ordenador do gasto emitirá despacho municipalizado dos seguintes elementos:

Indicação do objeto a ser contratado

- Estimativa de impacto sobre duas variáveis fiscais: o orçamento e a disponibilidade de caixa; a diferença entre ambas relaciona-se às sobras ou insuficiências financeiras herdadas de exercícios anteriores. Nesse passo, estoque descoberto de restos a pagar (déficit financeiro) afeta a receita coletada no exercício, restringindo, via de consequência, a despesa fixada para o ano (há verba, mas não há dinheiro, tal qual se dizia no passado); ao revés, excedente de caixa (superávit financeiro) eleva as possibilidades orçamentárias do ano corrente. Ex.: se o Município espera arrecadar R\$ 5 milhões e com parte destes necessita solver despesa pretérita, de R\$ 1 milhão, se assim for, escorando-se naqueles R\$ 5 milhões calcula-se o impacto orçamentário, enquanto sobre a parcela diferencial, de R\$ 4 milhões,
- Declaração atestando que a nova despesa conta com saldo de dotação e de firme e consistente expectativa de suporte financeiro e mais: tal iniciativa se conforma às orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, instrumentos que, mister ressaltar, podem ser legalmente aditados ao longo dos períodos em que são executados. Esta declaração valoriza o planejamento orçamentário, constituindo-se, ainda, tal qual antídoto para os indesejados restos a pagar sem cobertura financeira;
- Expressa autorização para realização do gasto.

verifica-se o impacto financeiro (R\$ 5 milhões – R\$ 1 milhão);

• Declaração atestando que a nova despesa conta com saldo de dotação e de firme e consistente expectativa de suporte financeiro e mais: tal iniciativa se conforma às orientações do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, instrumentos que, mister ressaltar, podem ser legalmente aditados ao longo dos períodos em que são executados. Esta declaração valoriza o planejamento orçamentário, constituindo-se, ainda, tal qual antídoto para os indesejados restos a pagar sem cobertura financeira;

• Expressa autorização para realização do gasto.

O limite provisório para serviços de terceiros

Para o art. 72 da Lei de Responsabilidade Fiscal, as despesas com serviços de terceiros não excederão as de mesma espécie havidas no exercício de 1999. Isso, contudo, é regra transitória, a valer até o ano objeto do presente comentário. Antes, porém, nunca é demais recordar que a dicção de aludida norma ensejou viva polêmica entre os operadores do novo direito financeiro. Afirmavam alguns tratar-se de norma restrita aos serviços terceirizados que substituem servidores e empregados públicos (LRF, art. 18, § 1º). De nossa parte e acolhendo linha interpretativa do Egrégio Tribunal de Contas da União (**), defendemos o conteúdo orçamentário do preceito, vale

Despesas vinculadas à aplicação, só em programas especiais

dizer, os serviços limitados, por uma questão lógica, são os que assim se classificavam no exercício-base de comparação (1999), vale dizer, nos elementos 3.1.3.1 (remuneração de serviços pessoais) e 3.1.3.2 (serviços de terceiros e encargos).

A polêmica não parava aqui. Arguíram alguns outros a constitucionalidade desse artigo 72, conquanto estaria a ofender o pacto federativo e a faculdade de os entes federados aplicarem suas rendas.

Ainda que reste dúvida quanto à legalidade da medida, a secretaria do Tesouro Nacional, mediante a Portaria n.º 516, de 2002, abreviou a existência da regra. Em vez de 2003, como anteriormente se entendia, o art. 72 encerrou sua eficácia em 2002, valendo-se aquele órgão federal da consistente exegese de que 1999 é o ano-base da norma, assentando-se em 2002, o dito terceiro exercício seguinte. Diversamente, vale comparar, o art. 71 regrou período-base diverso: o da entrada em vigor da LRF, 2000, remetendo a 2003, aqui sim, a finalização do limite provisório para a despesa de pessoal (10% do ano anterior). Assim, nos moldes daquela Portaria e até 2002, a barreira do art. 72 considerará a despesa empenhada nos seguintes elementos econômicos:

- 35 - Serviços de Consultoria;
- 36 - Outros Serviços de Terceiros
- Pessoa Física;
- 37 - Locação de Mão-de-Obra;
- 38 - Arrendamento Mercantil;
- 39 - Outros Serviços de Terceiros
- Pessoa Jurídica.

**Programa
da União
envia valores
diretamente
às escolas**

Despesas de pessoal de exercícios anteriores

Reforçando leitura esposada em trabalho de nossa autoria (**), a Portaria STN nº 516, de 2002, exclui dos limites de pessoal, as despesas incorridas em exercícios anteriores.

De fato, nos comentários ao art. 19 da LRF dissemos que, fiéis ao princípio da interpretação razoável da lei, o cômputo do gasto com recursos humanos exclui não apenas as decisões judiciais trabalhistas, mas, de igual modo, as demandas administrativas anteriores ao período de verificação daquela despesa (mês de referência e os 11 anteriores).

Demais disso, o Tribunal de Contas do Distrito Federal decidiu “que não devem ser consideradas para efeito da apuração dos limites estabelecidos nos artigos 19, 20, 22, parágrafo único e 71 da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – as despesas de pessoal decorrentes de direito reconhecido pela via administrativa, cujo fato gerador seja anterior ao período de apuração da despesa total de pessoal estabelecido no § 2º do art. 18 desse diploma legal”

(gn). (in: resposta à pergunta formulada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – Processo 267/2002).

A transparéncia contábil dos recursos vinculados

O parágrafo único do art. 8º a Lei de Responsabilidade Fiscal enfrenta os desvios que geralmente se perpetravam contra as contas bancárias vinculadas; seus dinheiros só podem aplicar-se nas finalidades para os quais se criaram os correspondentes programas especiais, sejam os da Educação, Saúde ou dos fundos especiais (trânsito, criança e adolescente, entre outros). Por isso tem de haver naquelas contas, ao final do exercício, suficiência para honrar os restos a pagar dos ditos programas.

Bem assim e consonante o art. 36, I, os correlatos saldos bancários devem comparecer, inequivocamente evidenciados, nos Balanços Patrimonial e Financeiro e em relatórios de tesouraria. Assim fazendo, os Tribunais de Contas podem avaliar, de forma genérica, que ditos numerários vêm sendo empregados no objeto de sua vinculação.

Apuração do limite de endividamento

A Resolução Senatorial nº 40, de 2001, definiu limite para a dívida consolidada líquida do Município; equivale a 120% da receita corrente líquida.

Essa espécie de dívida, líquida, já subtrai os haveres financeiros da Municipalidade, quer dizer,

os valores existentes em caixa ou mantidos em bancos oficiais, disponibilidades estas que, a mando da Portaria STN nº 516, de 2000, agora descartam numerários atrelados a certas lides financeiras. É a prevalência do conceito de disponibilidade real, a identificar os recursos efetivamente livres, de inespecífico destino, apartados dos valores pertencentes ao regime próprio de previdência e dos necessários à solvência de certo tipo de restos a pagar, os liquidados.

Diante disso, a dívida consolidada conformar-se-á ao limite apurado da seguinte forma:

Dívida consolidada bruta do município

(-) Haveres Financeiros;
(+) Recursos vinculados a restos a pagar liquidados e ao regime próprio de previdência;
(=) limite da dívida consolidada (120% da receita corrente líquida).

Valores não se acrescentam à receita

Na hipótese de vir a ser mero interveniente de recursos federais ou estaduais, o Município nada mais faz do que repassar às entidades beneficiárias os dinheiros que transitoriamente permanecem no Tesouro.

Sendo assim, a Administração local opera na condição de mera intermediária de numerários que não lhe pertencem, que não se adicionam ao seu patrimônio fazendário. Há aqui uma inequívoca operação compensatória de ativo

e passivo financeiros, típica do contexto extra-orçamentário (art. 3º, § único, da Lei nº 4.320, do ano de 1964).

Se orçamentariamente recepcionado, esse tipo de repasse inflaria a base de cálculo do novo direito financeiro: a receita corrente líquida, melhorando, artificialmente, os limites fiscais do Município, sem que este, no caso, precisasse gastar mais com pessoal e serviços de terceiros. Eis aqui um caso absolutamente atípico de transferência voluntária; todos os outros – imensa maioria

trário, essa transferência não se materializaria. Diante dessa excepcional circunstância, a Administração Financeira Municipal, em apartado, precisa expurgar tais valores do cálculo da receita corrente líquida.

Plano plurianual e o estatuto da cidade

Imperioso anotar que o Plano Plurianual deve incorporar as diretrizes e prioridades ao instrumento que norteia toda a política urbana do Município, o Plano Diretor. É isso o que prescreve o § 1º, art. 40 do Estatuto da Cidade:

“Art. 40 – O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política pública voltada para o desenvolvimento e para a expansão urbana.

§ 1º – O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e prioridades nele contidas”.

No Estado de São Paulo, por força constitucional (art. 181, § 1º), todos os Municípios devem possuir Plano Diretor, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

Gastos com recursos humanos exclui decisões judiciais

dessa espécie de repasse intergovernamental – adicionam-se ao patrimônio municipal; são orçamentários e, por extensão, perfilam-se na receita corrente líquida da entidade beneficiária. De todo modo, alertarmos: mesmo quando o município realiza a comentada função interveniente, situações há nas quais a contabilização será orçamentária. É bem o caso do Programa Dinheiro Direto na Escola; aqui a União, enquanto concessionária, quer que o Município inscreva orçamentariamente os valores entregues diretamente a entidades escolares. Do con-

(*) Boletim Informe-se nº 49, dezembro 2002 (www.federativo.bnDES.gov.br).

(**) a) “A Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada Artigo por Artigo”. Ed. Nova Dimensão Jurídica – NDJ. 2ª edição. 2002. São Paulo; b) posição do Tribunal de Contas da União – TC 014.185/01-3 – Consulta.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI é Secretário-Diretor Geral e Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e FLÁVIO TOLEDO JR. é Assessor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Mais de três mil jovens vão ao Interior

Durante o recesso escolar crianças residentes nos municípios da Grande São Paulo e no Litoral do Estado foram conhecer o Interior, por meio do programa Caravanas do Conhecimento, que aconteceu em duas etapas: de 12 a 16 e de 19 a 23 de julho. Criado na década de 1980, durante a gestão do governo Montoro, o Programa Caravanas do Conhecimento foi relançado este ano e, em sua segunda etapa, Redescobrindo o Interior, possibilita aos alunos do litoral e da Grande São Paulo conhecerem a vida no campo, nas fazendas, na área rural e nas pequenas cidades do Interior.

Durante o recesso escolar, elas vão ver de perto como são produzidos

os alimentos que consomem.

O programa permite que os alunos entrem em contato com as referências históricas do Interior do Estado, o relevo, a topografia, as vocações e dificuldades regionais, promovendo o lazer conjugado à educação informal alternativa, seguindo o princípio do "aprender brincando", deixando acontecer a educação fora da sala de aula.

Foram 78 municípios hospedeiros e 26 visitantes em todo o Estado, contemplando 3.400 crianças de nove a 11 anos de idade, alunos da Rede Pública de Ensino, da Fundação Abrinq e da Assistência e Desenvolvimento Social.

Cada caravana levou 40 crianças, sendo 20 meninas e 20 meninos. As

escolas da Rede Oficial de Ensino são adaptadas para receber as crianças. Foram oferecidas cinco refeições diárias: café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite. A programação foi montada pelos municípios hospedeiros e contou com atividades esportivas, culturais e educativas, proporcionando aos estudantes novas vivências.

Cerca de 300 monitores voluntários foram treinados pelo Cepam em São Paulo e em Bertioga, recebendo instruções de como agir com as crianças, primeiros-socorros, cuidados com a higiene pessoal, segurança, assistência psicológica e alimentação. Cada monitor cuidou de dez crianças.

+ benefícios para a população - custos para o Poder Público

Elevado grau de satisfação por parte da população e repercussão positiva das administrações são apenas algumas das vantagens de uma Unidade Móvel Athos



Projetos em Educação:

- Laboratório de Informática
- Laboratório de Ciências
- Biblioteca Móvel
- e muitos outros

Projetos em Saúde:

Unidade para atendimento médico e odontológico, PSF, Saúde da Mulher, etc.

ATHOS

SOLUÇÕES EM UNIDADES MÓVEIS



Pólo econômico regional

Além de possuir um Porto Intermodal, município destaca-se em ações voltadas à valorização humana, melhores condições de saúde e geração de renda

POR CAMILA ANCONA

Assim como a origem da palavra pederneira, que segundo o dicionário Aurélio significa 'pedra muito dura', a cidade de Pederneiras, com pouco mais de 36 mil habitantes, mostra-se atualmente 'sólida' para continuar seu projeto de expansão como pólo industrial e exportador da região centro-oeste do Estado de São Paulo.

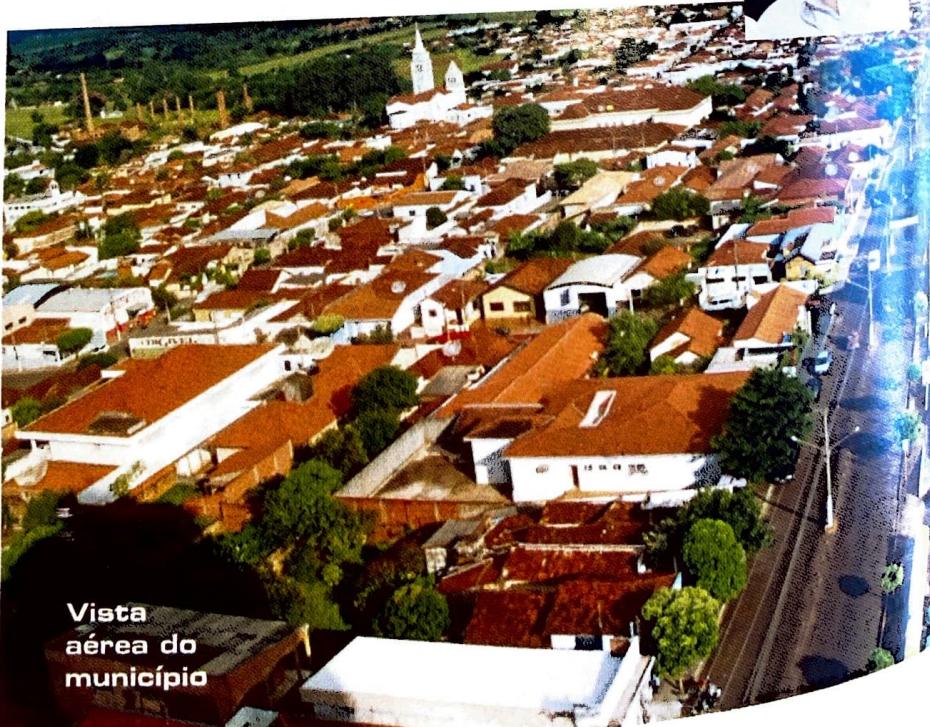
Em sua primeira administração, em 1997, o prefeito Rubens Cury visualizou o potencial logístico que a cidade apresenta por

centro do estado - distante 337 quilômetros da capital paulista, situada às margens da Hidrovia Tietê-Paraná e possuidora de ramal ferroviário em toda costa do rio Tietê - e buscou, no mesmo ano, apoio do governador do Estado, em exercício na época, Mário Covas.

"Em contato com o governador, recebi uma pergunta sisuda ao invés de uma resposta. Ele disse, você veio me pedir dez milhões de reais?", conta Cury. O investimento era grande, mas a verba foi adquirida e, em seguida, iniciaram-se as reformulações do Porto Intermodal, que operava

precariamente até então. Posteriormente, teve início a construção da estrada que liga a cidade de Pederneiras ao Porto Intermodal e a extensão da linha férrea, com um terceiro trilho, o que facilitou o encaminhamento de toda a produção - farelo, grãos em geral, fertilizantes, e, principalmente, soja - para os principais portos do Mercosul, em especial o Porto de Santos. A partir do ano 2000, o Porto

Prefeito
Rubens
Cury



Vista
aérea do
município

iniciou sua nova fase de funcionamento. Hoje, viabiliza cerca de 500 mil toneladas por ano de transporte de grãos, com a presença em seu distrito industrial de três empresas do ramo, nas quais foram gerados mais de 200 empregos diretos. Visualizando este potencial, uma grande transnacional japonesa, deverá instalar uma sede na cidade ainda este ano.

Para o prefeito, reeleito em 2000, o Porto Intermodal está avançado e com infra-estrutura necessária para se tornar o principal pólo industrial da Hidrovia Tietê-

Porto facilita escoamento de produção agrícola

Paraná e do interior paulista. "Além deste pólo de investimentos, temos outros distritos industriais. O mais novo é destinado a empresas da cidade que atuam na área de metalurgia, com incentivos locais para a aumentar e facilitar a geração de empregos no município."

O distrito possui um conglomerado industrial de induzidos (componentes do motor elétrico de veículos automotores como caminhão e máquinas agrícolas), composta por mais de cem micro e pequenas empresas fabricantes e recondicionadoras.



Escoamento de produção agrícola por via férrea até o Porto

A rodovia que liga a cidade – desde uma de suas ruas centrais – até o Porto em uma extensão de nove quilômetros, está totalmente asfaltada, com espessura apropriada para suportar o tráfego de veículos com grande volume de cargas. Em toda cidade foram realizadas obras totalizando 180 mil metros quadrados de pavimentação e

400 mil metros quadrados de recapeamento asfáltico.

Saúde renovada

Graduado em Medicina, o prefeito Rubens Cury demonstrou, durante seus dois mandatos, grande preocupação com as questões voltadas para a Saúde Pública. A reforma do Pronto Socorro de Pederneiras foi

Homem de confiança

Se existe uma pessoa que vive 24 horas trabalhando em favor da população de Pederneiras, este homem chama-se Jonilse Pranas, mais conhecido como Joãozinho da Farmácia. Homem de confiança do prefeito, Joãozinho é agente de Saúde, mas atua dentro e fora das UBS's. Por dia, cerca de cem chamadas telefônicas são destinadas a ele e, aproximadamente 180 quilôme-

etros são percorridos por Joãozinho, preocupado em atender os chamados da população. "Com esse acompanhamento, eu e o prefeito fazemos uma articulação para ficar por dentro de todos os casos e ajudar no que for possível", conta Joãozinho, que mantém o prefeito Cury informado de todas as ações e necessidades relacionadas à área de Saúde do município.

uma conquista da prefeitura, em parceria com recursos do governo do Estado.

A nova estrutura conta atualmente com salas de curta permanência com instalações específicas para homens, mulheres e crianças; salas de higienização e emergência; entradas separadas de pacientes que procuram consultas e de casos emergenciais; dois consultórios médicos; ampliação da recepção e salas de preparação e aplicação de medicamentos, inalação, curativos e gesso.

Todos os departamentos do Pronto-Socorro e da Santa Casa de Misericórdia de Pederneiras foram equipados adequadamente, com a aquisição de aparelhos de raios-X, UTI (Unidade de Terapia Intensiva), Centro Cirúrgico, Pronto-Socorro Odontológico e uma nova Maternidade.

De acordo com o Rubens Cury, todo mês, o governo municipal

Nova infra-estrutura da estrada que...



destina cerca de R\$ 130 mil somente para a manutenção dos serviços na Santa Casa, como compras de medicamentos, materiais descartáveis e reparos no prédio.

As UBS's (Unidades Básicas de Saúde) passaram por reformas e ampliação e o Bairro Maria Helena recebeu uma nova unidade. A distribuição de medicamentos, as consultas e os exames especializados permaneceram gratuitos para a população do município de Pederneiras.

Valorização do comércio

A balconista Cláisse Dias, residente em Pederneiras, acredita que a pequena distância entre o município e a cidade de Bauru faz com que muitas pessoas viajem



até o outro município para realizar suas compras. "Todo sábado passo pela Rodoviária e vejo o terminal lotado. E não são somente trabalhadores", conta Cláisse.

Como intuito de evitar que, pelo menos a renda dos funcionários públicos seja injetada em outras cidades da região, a prefeitura criou um vale de R\$ 90, referente à cesta básica dos funcionários. Em forma de

Parcerias com o Estado geraram divisas para a Saúde

vale, os 700 trabalhadores da prefeitura só podem gastar no ramo alimentício do comércio de Pederneiras, gerando um movimento em torno de R\$ 63 mil. De acordo com José Eduardo Curi Salemi, presidente da Câmara dos

Dirigentes de Pederneiras (CDL), esta iniciativa dá mais liberdade de compra para o funcionário, além de gerar renda em seu município. "Ela é favorável a todos, pois ajuda o comerciante

e facilita a escolha de marcas e produtos para o trabalhador, ao contrário do que ocorria antes, em que ele já recebia uma cesta pronta", afirma. O vale não pode ser usado na compra de bebidas alcoólicas e de cigarros.

A CDL começou suas atividades em junho de 1994, inicialmente com apenas 20 empresários tendo como interesse movimentar o comércio local. Atualmente são 400 empresas filiadas e, em parceria com a prefeitura, são realizadas grandes promoções no final do

ano, aproveitando as festividades de Natal.

A Feira do Comércio, também em parceria com o município, promove liquidações de verão durante quatro dias. "Com todos estes incentivos, o comércio passou a雇用 mais e também deixou de ser uma estrutura somente familiar. Auto-estima, conscientização e premiações em torno de R\$ 40 mil estão trazendo o consumidor de volta para o nosso município", garante Salemi.

Esporte acima de tudo

A cidade de Pederneiras se orgulha da Saúde de seus municípios. Para a prefeitura local, a importância da qualidade de vida também é proporcionada por áreas de lazer, como as praças, revitalizadas pela atual administração municipal. Assim, todas as quadras poliesportivas localizadas nas praças foram reformadas e sete novas



construídas em bairros do município. Ao todo, participam de atividades esportivas e de recreação, promovidas pela prefeitura, cerca de 1.200 crianças. Para Evandro Abruceze, diretor de Esportes, as crianças estão envolvidas em diversas atividades, como basquete, natação, futebol,

mountain bike, skate, vôlei, judô, entre outras modalidades. "Na verdade, os projetos acabam absorvendo mais as

crianças carentes, por não terem outros locais para utilizar. Mas o espaço é aberto a todos, sem distinção de classe social".

O Ginásio de Esportes também foi totalmente reformado para eliminar as muitas goteiras, além de revitalizar o local. "Mais uma vez, a parceria com o governo do Estado, rendeu a colocação de quatro coberturas nas quadras das escolas estaduais", afirma Luiz. Os campos de futebol também mereceram atenção especial, com a construção de mais quatro campos na cidade. "O esporte é um mecanismo de formação informal de aprendizado. Para mim, ele é o melhor meio de educar uma criança", acrescenta Luiz.

A prefeitura realiza campeonatos todos os anos entre os moradores e estimula a participação dos jovens nos Jogos Regionais. Este ano, o judô conquistou duas medalhas, sendo uma de bronze e outra de prata. O basquete feminino recebeu prata e a natação também feminina ganhou bronze.



Ginásio de esportes totalmente reformado

APM promove 5º CBTIM no Frei Caneca

Voltado a todos os municípios brasileiros, o evento acontece a partir de 30 de novembro a 2 dezembro

POR MOURA LEITE NETTO

Associação Paulista de Municípios (APM), vai realizar de 30 de novembro a 2 de dezembro o 5º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios. O evento está marcado para o Frei Caneca Shopping & Convention Center, em São Paulo e é o único no Brasil e um dos cinco no mundo de tecnologia da informação voltado especialmente aos municípios.

A solenidade de abertura será presidida pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin e o objetivo do evento é mostrar aos municípios as tecnologias da informação de última geração que existem no mercado. Os promotores pretendem fornecer

novos conhecimentos aos gestores públicos e, consequentemente, contribuir na melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro.

Promovido pela APM com apoio irrestrito do Governo do Estado de São Paulo e de instituições municipalistas nacionais e estaduais da maioria dos estados brasileiros, o 5º CBTIM visa continuar a busca da universalização da tecnologia e apresentar aos municípios, na prática, soluções e serviços públicos para a inclusão de todos ao meio digital, com destaque para a Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), que foi lançada por Alckmin no 4º CBTIM.

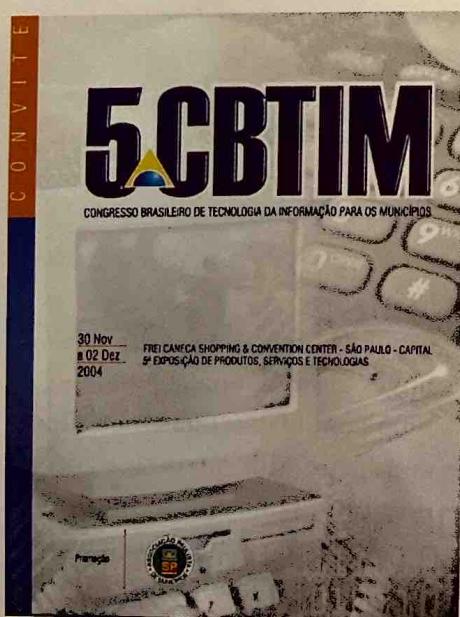
O 5º CBTIM também pretende discutir a necessidade da implantação dos serviços informatizados, que é exigência dos organismos e entidades internacionais que disponibilizam recursos financeiros para aplicação em programas públicos. Além do que, a curto prazo, os municípios que não estiverem integrados a soluções informatizadas ficarão excluídos da obtenção de verbas e transferência de recursos. O evento é voltado aos prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, técnicos do Executivo e Legislativo, outros dirigentes estaduais, municipais e federais;

CBTIM
vai divulgar
serviços
exigidos
no exterior

primeiras-damas, presidentes de fundos municipais, autoridades federais, estaduais e municipais, governadores de estado, senadores, deputados federais e estaduais, poder Judiciário, ministros, secretários de Estado, presidentes de órgãos públicos federais e estaduais, representantes de entidades organizadas da sociedade civil e profissionais liberais das áreas de interesse nas gestões municipal, estadual e federal.

Exposição paralela

Além de palestras que acontecerão nos três dias de trabalhos do evento haverá, concomitantemente, a 5ª Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologias, com estandes montados no Centro de Convenções do Frei Caneca. Mais informações podem ser obtidas pelo telefones (11) 5063-2665/3062-2225 ou no site www.apaulista.org.br.



RESPEITO

PELOS CIDADÃOS, PELAS FAMÍLIAS
E PELO SEU MAIOR SONHO: A CASA PRÓPRIA.

O Programa de Atuação
em Favelas e Áreas
de Risco já beneficiou
mais de 15 mil famílias.



O Governo do Estado de São Paulo, através da CDHU, está construindo moradia digna para quem mais precisa. Milhares de pessoas que antes viviam em favelas, assentamentos irregulares e áreas de risco sem condições mínimas de habitação, agora têm casa própria. Com o Programa Pró-Lar Atuação em Favelas e Áreas de Risco, 15 mil famílias já foram beneficiadas nos últimos dois anos. São mais de R\$ 170 milhões investidos na construção de novas moradias e na urbanização de áreas degradadas. Toda a cidade ganha em qualidade de vida e a população de baixa renda ganha em dignidade e respeito.



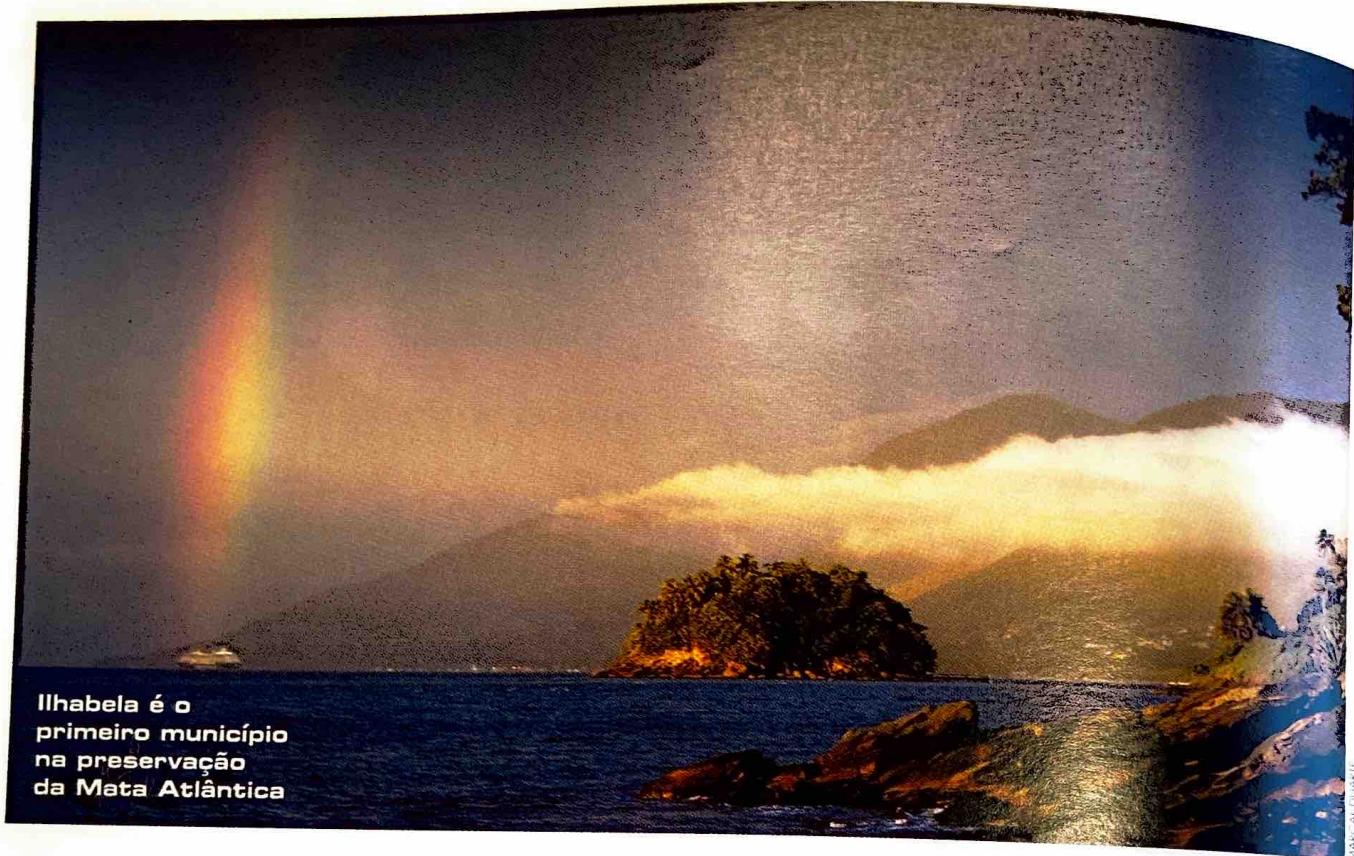
Governo do Estado de São Paulo.
Respeito por você.



Companhia de
Desenvolvimento
Habitacional
e Urbano

CDHU





Ilhabela é o
primeiro município
na preservação
da Mata Atlântica

São Paulo grande preservador da Mata Atlântica

Após mapeamento,
27 municípios
paulistas foram
apontados como
os que mais
preservam a
Mata Atlântica

Ao longo dos últimos anos, imagens de satélite e tecnologias na área de informação, sensoriamento remoto e geoprocessamento têm sido os recursos usados pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), para elaborar o

Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. O primeiro mapeamento foi feito em 1990, e o mais recente transcorreu entre 1995 e 2000. A Mata Atlântica é um complexo e exuberante conjunto de ecossistemas de grande importância por abrigar uma parcela significativa

da diversidade biológica do Brasil. É também um dos biomas mais ameaçados do mundo devido às constantes agressões ou ameaças de destruição dos habitats nas suas variadas tipologias e ecossistemas associados. Distribuída ao longo da costa atlântica, a Mata abrangia originalmente 1.350.000

quilômetros quadrados do território brasileiro, o que equivalia a aproximadamente 15% do território brasileiro. Hoje, seus remanescentes florestais estão reduzidos a menos de cem mil quilômetros, o que corresponde a apenas 1%.

O alto grau de interferência na Mata Atlântica vem desde o descobrimento do Brasil pelos europeus, resultando em impactos de diferentes ciclos de exploração, da concentração das maiores cidades e dos núcleos industriais e da alta densidade demográfica, entre muitas outras atividades, que fizeram com que a vegetação natural fosse reduzida drasticamente.

Ainda hoje, entre outras funções, Mata

Atlântica traz inúmeros benefícios, diretos e indiretos, para garantir a qualidade de vida, especialmente a de 108 milhões de pessoas

que nela vivem. “Ela protege e regula o fluxo dos mananciais hídricos que abastecem os municípios e principais metrópoles e controla o clima. Além disso, abriga

uma enorme biodiversidade, um patrimônio histórico inestimável”, garante Mário Mantovani, fundador e diretor da Fundação SOS Mata Atlântica.

IPMA em São Paulo

Com o intuito de apontar em um ranking os municípios que mais possuem vegetação nativa da Mata Atlântica, a Fundação SOS Mata Atlântica e o INPE criaram

um indicador que recebeu o nome de IPMA – Índice de Preservação da Mata Atlântica.

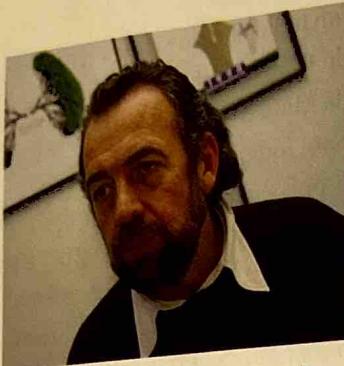
Este índice expressa os números e percentuais do total de Mata existente em cada um dos 2.562 municípios englobados no Atlas (apesar de o bioma abranger 3.390 municípios em 17 estados, que representam 62% do total), com mais de 99% de seus territórios dentro do bioma. Dos cem municípios que mais possuem Mata Atlântica, 27 estão em São Paulo, o que faz do Estado, proporcionalmente, ser o maior preservador do bioma. Ilhabela, Ubatuba, Iporanga, Tapiraí e Pedro de Toledo, estão entre as dez primeiras classificadas, com índices de preservação que variam de 92% a 84%, relativos à área total do município. São Sebastião, Mongaguá, Bertioga, Eldorado, Iguape, Cananéia, Itanhaém,



Ao lado, foto da área mapeada por satélite (no detalhe)

INPE

MARCEL DUARTE



Mário Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica...

Miracatu, Rio Grande da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Caraguatatuba, Sete Barras, Juquiá, Cubatão, Jacupiranga,

Praia Grande, Santos, Barra do Turvo, São Vicente, Peruíbe e Campos do Jordão também foram classificadas com índices de preservação que oscilam de 82% a 62% de suas áreas totais.

Segundo a coordenadora de Projetos da Fundação SOS Mata Atlântica, Maria Luiza Ribeiro, mais conhecida como Malu Ribeiro, São Paulo atingiu este índice invejável por possuir uma sociedade civil organizada e extremamente atuante. "Em 1986, criamos os Consemas [Conselhos Estaduais

de Meio Ambiente], que passaram a formular políticas públicas voltadas para o meio ambiente e com isso os quadros de degradação foram revertidos", assegura a coordenadora.

Por incrível que possa parecer, grande parte dos municípios intitulados "preservadores", ficam no Vale do Ribeira, considerado por alguns geoeconomistas como a "Somália brasileira". É preciso que se reveja este conceito, que o conforto hídrico que esta área

São Paulo instala Comissão Tripartite

No último dia 23 de julho, foi instalada a Comissão Técnica Tripartite Estadual, uma das deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em novembro de 2003, que tem como objetivo implantar um espaço institucional de diálogo entre os entes federados com vistas a uma gestão compartilhada e descentralizada entre União, Estados e Municípios, bem como o fortalecimento e a estruturação do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente). A Comissão será composta, em São Paulo, por representantes do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), representando a União; da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) e do DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais), representando os órgãos



Antônio César Simão, da APM, ladoado por José Goldenberg (à esquerda) e Cláudio Langoni

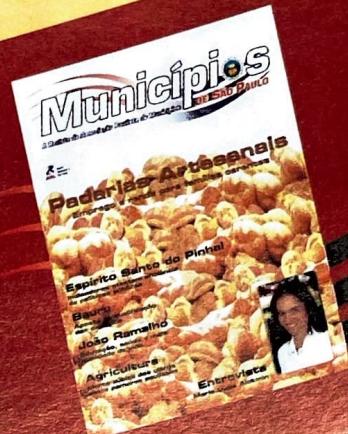
estaduais do setor e da Anamma (Associação Nacional dos Municípios de Meio Ambiente) e APM (Associação Paulista de Municípios), representando os órgãos municipais.

Para a gerente executiva do Ibama em São Paulo, Ana Alice Novaes Pereira, o fortalecimento do sistema baseado nas deliberações da Conferência Nacional "equacionará a gestão ambiental nos

três níveis de governo". Representando a ministra Marina Silva, o secretário executivo e ministro interino do Meio Ambiente, Cláudio Langoni, afirmou que o governo federal está determinado a cumprir seu papel com efetividade, criando um sistema público de gestão ambiental entre os entes federados que rompa com o patrimonialismo. "Nós temos

A Revista do municipalismo paulista

Anuncie já!



RENATO RICCI

**...e Malu Ribeiro,
coordenadora de projetos**

possui, é imensurável. As terras nesta região, que anteriormente eram desvalorizadas, passarão a ter um grande valor econômico",

acredita Mantovani.

"Sem dúvida a preservação destas áreas é um grande legado para as futuras gerações e o modelo pode ser replicado em outras áreas, por meio de programas de desenvolvimento sustentável com características diferenciadas como agronegócio, hidrovia, ecoturismo... Hoje, a sociedade brasileira possui gestores políticos que não tinha há dez ou 20 anos e eles podem viabilizar, de forma consciente, estas ações", avalia a coordenadora de projetos.

mp

pouca tradição em planejamento de políticas públicas e precisamos ter responsabilidades mais efetivas em relação às questões ambientais, uma política nacional de fortalecimento dos municípios na área. Cerca de 80% dos municípios brasileiros não têm infra-estrutura e para que estas ações sejam eficazes, para que os municípios dêem a palavra final sobre o uso e exploração de seu solo. Vamos implantar, em 2005, um programa nacional de capacitação de gestores municipais", garantiu Langone.

Para o secretário de Estado do Meio Ambiente, José Goldenberg, deve haver uma atuação harmônica nesta área. "É preciso que haja sintonia entre os governos federal e estaduais, de forma a viabilizar projetos que muitas vezes sofrem impedimentos formais ou até informais. São Paulo tem o maior interesse que isso aconteça, pois só assim poderemos consolidar uma política eficaz para o setor",

afiançou o secretário.

João Ricardo Caetano, representante da Anamma, acredita que a implantação da Comissão faça amadurecer idéias, como por exemplo, a criação de novos mecanismos que atendam aos municípios de menor porte. "Vamos lutar pela melhor definição das competências de gestão ambiental compartilhada e buscar instrumentos e investimentos necessários para capacitar os profissionais destes municípios, que têm menos recursos", afirmou.

Já o diretor da APM, Antonio César Simão, não quer que ocorra um vazio entre os poderes, e considera a melhor forma de ver regulamentadas as emendas da Constituição Federal uma articulação efetiva entre estados, municípios e o governo federal. "É preciso que esta antiga reivindicação do movimento municipalista seja atendida em sua íntegra", solicitou.

É com a troca de informações sobre as melhores práticas de gestão municipal, ações de sucesso, efetivação de serviços aos cidadãos que a revista

Municípios de São Paulo quer aproximar você dos prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e vereadores dos 645 municípios paulistas.

Público decisivo para a comunicação institucional e publicitária de órgãos públicos e empresas privadas, que pretendam fixar sua imagem ou oferecer produtos e serviços para a comunidade do Interior do Estado de São Paulo.



editora segmento

**PARA ANUNCIAR,
LIGUE: (11) 3879-8216**

publicidade@municipiosdesaopaulo.com.br

Governo eletrônico amplia Infocentros

O programa de inclusão digital faz parte do Acessa São Paulo coordenado pela Imprensa Oficial do Estado

O governador Geraldo Alckmin assinou convênio para a instalação de 20 novos Infocentros em municípios do Estado de São Paulo. Os Infocentros fazem parte do programa de inclusão digital Acessa São Paulo, que foi criado pelo governo do Estado de São Paulo dentro das diretrizes traçadas pela secretaria da Casa Civil - cujo titular é o deputado federal Arnaldo Madeira - nas ações de governo eletrônico do Estado de São Paulo.

Com o apoio do Prodesp e coordenado pela Imprensa Oficial, o programa já registrou mais de oito milhões de atendimentos em seus 144 Infocentros e recebeu o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico, da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados. Recentemente foi assinado convênio para a instalação de mais nove Infocentros na Capital do Estado.

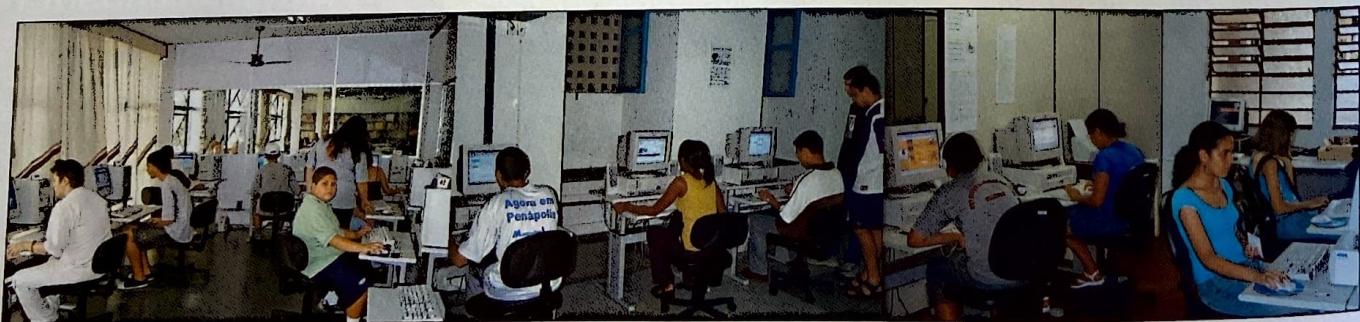
Aguaí, Arealva, Buri, Cajuru, Capão Bonito, Dois Córregos, Embu-Guaçu, General Salgado, Itapecerica da Serra, Jacupiranga, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taquarituba, Turmalina, Flórida Paulista, Irapuru, Nova Canaã Paulista, Ouro Verde, Santa Rita

Programa Acessa São Paulo - 20 mil pessoas cadastradas

d'Oeste e Três Fronteiras são os municípios beneficiados.

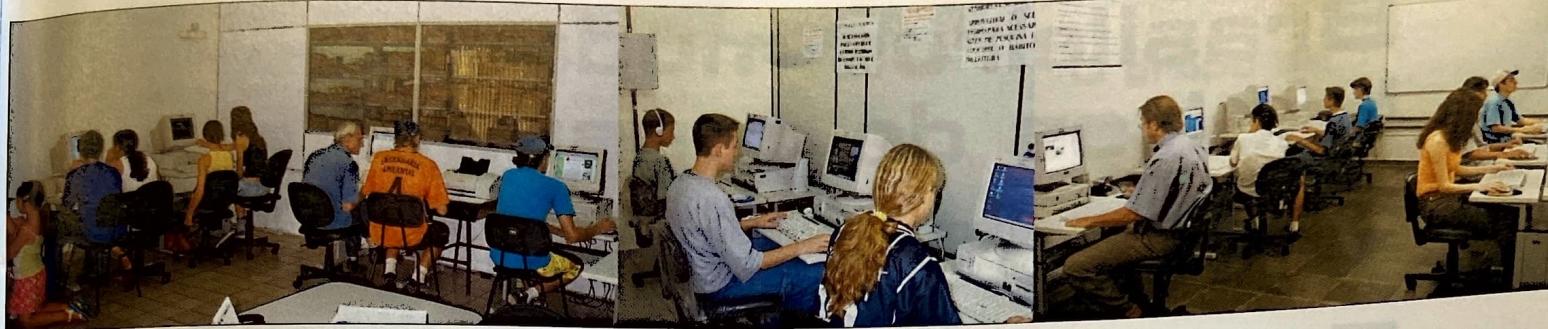
O sucesso do programa é tão grande que a direção da Imprensa Oficial do Estado criou uma Rede de Projetos para os freqüentadores dos Infocentros

e muitos já apresentaram idéias criativas e inovadoras para beneficiar suas comunidades, utilizando como instrumento a internet e os demais recursos disponíveis nas salas. Informações sobre endereços dos Infocentros pelo telefone (11) 6099-9641 ou pelo site www.acessa.sp.gov.br. Durante esse período, mais de 340 mil pessoas se cadastraram para navegar em sites, enviar e receber e-mails, consultar processos na Justiça, preparar a Declaração de Imposto de Renda, fazer currículos e procurar oportunidades de empregos e concursos públicos, entre muitas outras atividades. Na área de cursos on-line, o Acessa está com 20 mil pessoas cadastradas. Foram criadas mais de 200 mil contas de e-mails gratuitas e 68% dos usuários dizem ter melhorado seu desempenho na escola. O programa gerou mais de 400 empregos diretos e indiretos.



Mais 20 municípios paulistas foram contemplados com Infocentros...

FOTOS: DIVULGAÇÃO



...em que crianças, adolescentes e adultos realizam pesquisas

Os Infocentros são montados em parceria com prefeituras e associações civis sem fins lucrativos e o objetivo principal é oferecer a toda população, gratuitamente, a possibilidade de acessar a internet e utilizar todas as vantagens que ela oferece.

Arnaldo Madeira, chefe da Casa Civil, explica que o Acessa São Paulo é um dos orgulhos do governo e tem contribuído para levar o computador e a internet ao cotidiano das pessoas mais simples, ampliando conhecimento, oportunidades de trabalho e lazer: "Há uma grande preocupação com o conteúdo das informações, para despertar o interesse e ampliar o número de usuários e freqüentadores".

A maioria dos usuários do serviço é formada por jovens, mas os assuntos são gerais, com ênfase em informações sobre saúde (vacinação, prevenção da gravidez na adolescência e outros), educação (inclusive dicas de vestibulares), emprego (cursos, concursos, oficinas, treinamentos), cultura e cidadania.

O programa reforma o espaço, instala os equipamentos (dez microcomputadores em cada Infocentro) e providencia o treinamento dos monitores con-

tratados pelas Prefeituras. Nos Infocentros, os usuários podem gratuitamente navegar em sites, realizar serviços públicos (solicitar ligação de água, BOS, consultas de empregos, consulta de processos na justiça etc.).

Cerca de 30 Infocentros têm o próprio site, alguns têm até boletim. A idéia é tornar o Infocentro um espaço de compartilhamento e de saber, auxiliando as pessoas e colocando o meio eletrônico nessa gestão de solidariedade. Na Capital, há Infocentros funcionando no Centro, nas Zonas Sul, Leste, Oeste, Norte e Noroeste. Os mais procurados são os localizados nos postos Poupatempo Sé I e II, Santo Amaro e Itaquera.

Cadernos eletrônicos

O Acessa São Paulo lançou os Cadernos Eletrônicos, criados para desenvolver diferentes habilidades nas áreas de Informática e contribuir para a inclusão digital nas comunidades de baixa renda. Os cadernos estão disponíveis ao público em geral, e podem ser copiados e gravados.

Para fazer o *download* dos cadernos o endereço é www.acessa.sp.gov.br. Os temas são variados: Como usar e gerenciar seus e-mails;

Editoração e processamento de textos; Planilha eletrônica e banco de dados; Navegação e pesquisa na internet; Criação e publicação de páginas na internet; Gerenciamento e organização de arquivos; uso da impressora e tratamento de imagens; comunidades virtuais, listas, chat e outros; Segurança no computador e na Internet; Multimídia - vídeo e áudio no computador.

Alfabetização de surdos

Um produto especial do programa Acessa São Paulo é o Dicionário Ilustrado de Libras, em CD-Rom. São 43.606 verbetes, 3.340 imagens e 3.585 vídeos, nos quais um intérprete representa os significados por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Quinze mil cópias já foram distribuídas. Os interessados podem solicitar gratuitamente fazendo a requisição no endereço libras@sp.gov.br. Também pioneiro é o produto dos MiniCursos, série de cursos *on-line* desenvolvidos pela Escola do Futuro, da Universidade de São Paulo, em que o usuário pode aprender desde como se prevenir da dengue até o desenvolvimento de um currículo.

Brasileiros mudam hábitos de consumo

Pesquisa de Orçamentos Familiares revela que nos últimos 30 anos brasileiros diversificaram seus hábitos alimentares

Em maio de 2004 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou um release sobre a POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares, uma importante investigação sobre a composição dos gastos e do consumo das famílias, segundo as classes de rendimento, entre julho de 2002 e julho de 2003. O release foi enfático em registrar que: "Em 30 anos, ocorreram importantes mudanças nos hábitos de consumo dos cidadãos brasileiros".

"Uma das grandes mudanças foi a forma de alocação dos recursos, pelas famílias. Há 30 anos, a parcela dos gastos permanentes, com alimentação, habitação, saúde, impostos, obrigações trabalhistas, correspondiam a 79,86% e, em 2003, a 93,26%. Com isso, os investimentos (em imóveis e outros), na última pesquisa, ficaram em 4,76%. Eles já foram mais do triplo (16,50%) em 1974/1975".

Gastos com alimentação

A POF revela que: "...em 30 anos, o brasileiro diversificou sua alimentação, reduzindo o consumo de gêneros tradicionais

como arroz, feijão, batata, pão e açúcar e aumentando, por exemplo, o consumo per capita de iogurte, que passou de 0,4 gramas para 2,9 quilos, ou de refrigerante sabor guaraná, que

Consumo de leite cresce, segundo última POF



saiu de pouco mais de um quilo (1,7 quilos) por pessoa/ano para quase 8 quilos (7,7 quilos). Até o leite de vaca pasteurizado, que é o produto adquirido em maior quantidade pelas famílias (38 quilos por pessoa, anualmente), teve seu consumo reduzido em 40%, tendo chegado a 62,4 quilos, em 1987. Já o consumo de água mineral saltou de 0,3 gramas para 18,5 quilos per capita por ano. Um outro sinal de mudança nos hábitos é dado pelo consumo dos alimentos preparados, por

exemplo, que passou de 1,7 quilo para 5,4 quilos per capita, no período “.

Rendimentos e despesas

Na POF 2002/2003 foram investigados rendimentos e despesas não-monetários das famílias, pela primeira vez. As despesas não-monetárias representam 15,9% do total. Este percentual é significativamente maior na área rural (24,01%), que na urbana (15,25%).

Despesas das famílias

A despesa média das famílias brasileiras é de R\$ 1.778,03 por mês, valor ligeiramente inferior ao seu rendimento médio mensal, que é de R\$ 1.789,66.

Comparação entre duas regiões

- Sudeste: onde se gasta mais, R\$ 2.163,09 ou 21,66% acima da média nacional e
- Nordeste: onde se gasta menos, R\$ 1.134,44 ou 36,20% abaixo da média.

Para as Unidades da Federação, os maiores valores foram:

- Distrito Federal = R\$ 3.195,21;
- Rio de Janeiro =

O grupo de despesas que mais pesa no bolso é Habitação

R\$ 2.343,45 e

- São Paulo = R\$ 2.337,17.

Também para as Unidades da Federação, com valores mais baixos, aparecem:

- Maranhão = R\$ 842,66;
- Paraíba = R\$ 904,24 e
- Piauí = R\$ 975,67.

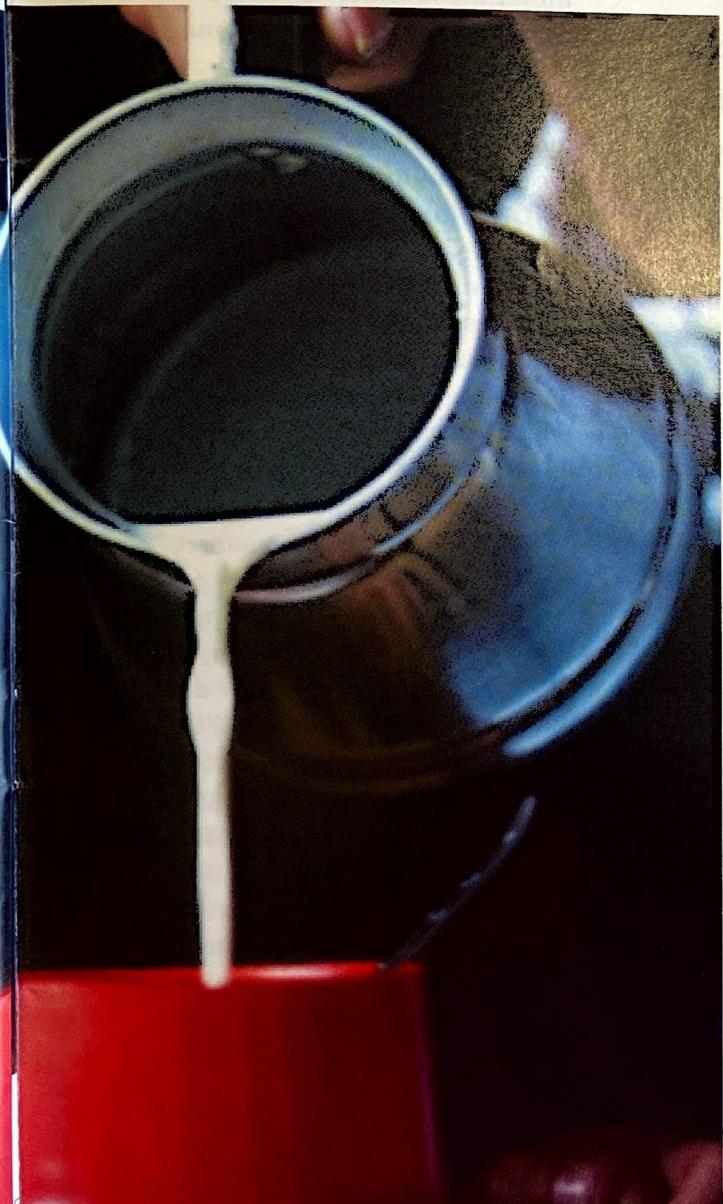
O grupo de despesas que mais pesa no bolso da família brasileira é Habitação, sendo 29,26% da despesa total ou R\$ 520,22 mensais, que inclui aluguel, telefone, luz, gás, água, manutenção e móveis, entre outros itens.

O segundo grupo de maior peso é Alimentação, sendo 17,10% ou R\$ 304,12.

O terceiro grupo de maior peso é Transporte, sendo 15,19% ou R\$ 270,16.

Outros grupos de despesas

- Assistência à Saúde = 5,35% da despesa total;
- Vestuário = 4,68% da despesa total;
- Educação = 3,37% da despesa total;
- Despesas diversas = 2,30% da despesa total;
- Recreação e cultura = 1,97% da despesa total;
- Higiene e cuidados pessoais =



TIPSIMAGES

- 1,79% da despesa total;
- Serviços pessoais = 0,84% e
- Fumo = 0,57%.

Cabe destacar ainda que apenas os impostos consomem, em média, R\$ 79,31 ou 4,46% do total da despesa. Em 1974/1975 consumiam quase quatro vezes menos (1,19%).

Quanto às despesas bancárias, se constatou um grande aumento:

- Em 1996, correspondiam a 0,04% das despesas médias mensais nas regiões metropolitanas investigadas (ou R\$ 0,84, em valores de 2003) e

- Em 2003, já representavam 0,90% (ou R\$ 18,73).

O *release* divulgado informou ainda que:

Os itens Habitação e Alimentação respondem por 70% da despesa da classe mais baixa.

Na área urbana, gasta-se o dobro que na rural com alimentação fora de casa.

Carne é o tipo de alimento que mais pesa nas despesas.

Gastos com alimentação fora do domicílio, entre as grandes regiões do País:

- Sudeste: é onde mais se gasta, 26,91% ou R\$ 89,54.

Tipos de alimentos consumidos pelas famílias brasileiras, considerando apenas a alimentação no domicílio:

- Carnes, vísceras e pescados: é o que mais pesa nas despesas, atinge 18,34%;
- Leites e derivados: alcança 11,94%;
- Panificados: 10,92% e
- Cereais, leguminosas e oleaginosas: 10,36%.

Rendimentos das famílias brasileiras

A POF 2002/2003 revelou que: a média do rendimento familiar mensal no Brasil – composta por uma parcela monetária e outra não-monetária – é R\$ 1.789,66 e que nas áreas rurais essa média fica em R\$ 873,94, ou seja, 45% do recebido nas áreas urbanas do País (R\$ 1.954,43). Em ambas as áreas, o trabalho, que representa 62% do rendimento médio familiar nacional, é a principal

**Trabalho
representa
62% do
rendimento
médio**

fonte de renda. Na área urbana, a participação do rendimento do trabalho é de 62,7%, enquanto na área rural, esse percentual fica em 53,4%.

Os dados sobre o rendimento médio familiar da POF 2002/2003 mostraram que, em relação à parcela monetária, 62% dos rendimentos vêm do trabalho; isso significa que, da média de R\$ 1.789,66 dos rendimentos da população, R\$ 1.109,39 são provenientes do trabalho.

Além do rendimento do trabalho, a parcela monetária inclui as transferências, com 15% ou R\$ 268,78, os rendimentos de aluguel de bens móveis e imó-

veis, com 1,8% ou R\$ 32,80 e outros rendimentos da família, com 6,6% ou R\$ 117,73, como vendas esporádicas, empréstimo e aplicações de capital.

Os dados da POF revelaram ainda que, quanto maior o tamanho da família, mais baixo o rendimento, com os seguintes dados para as grandes regiões do País:

- Nordeste com R\$ 1.085,82 e o Norte com R\$ 1.259,91, onde o tamanho médio da família é de quatro ou mais pessoas, apresentam os menores rendimentos familiares, cerca de 60% e 70% da média nacional, respectivamente.

- No Centro-Oeste, o tamanho médio das famílias é de 3,5 pessoas e o rendimento da região é de R\$ 1.781,45.

- O Sudeste com R\$ 2.204,71 e o Sul com R\$ 1.946,30, com 3,4 e 3,3 pessoas, respectivamente, apresentam os melhores rendimentos entre as regiões.

"Em 30 anos, muda o consumo de alimentos nos domicílios brasileiros".

Sobre o consumo de alimentos, o *release* informou que:

"Uma comparação entre quatro pesquisas do IBGE que investigaram o consumo das famílias (ENDEF 1974/75 e POF 1987/1988, 1995/1996 e 2002/2003) revela mudanças nos hábitos de consumo das famílias brasileiras ao longo de quase 30 anos. Para compatibilizar os dados desses diferentes períodos, foram comparadas apenas as informações obtidas em Brasília e nas Regiões Metropolitanas

de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, considerando-se somente as despesas monetárias. As várias unidades de medida foram convertidas para quilogramas".

A título de exemplo são citados:

- O leite de vaca pasteurizado também apresentou grande variação: em números absolutos, chegou a representar a maior aquisição anual *per capita*, entre os produtos destacados na série histórica das quatro pesquisas (62,4 quilos em 1987). Em 2002/2003, as aquisições de leite caíram quase 40%, atingindo os 38 quilos anuais, mas mantendo-o como o produto adquirido em maior quantidade pelas famílias investigadas.

- Outra expressiva mudança de hábitos de consumo nas principais áreas urbanas do País sempre entre 1974 e 2003 – foi o aumento das quantidades anuais *per capita* adquiridas de alguns gêneros. As aquisições de alimentos preparados, por exemplo, subiram de 1,7 quilos para 5,4 quilos e as de água mineral, de 0,3 gramas para 18,5 quilos. As de iogurte variaram entre 0,4 gramas e 2,9 quilos e as de refrigerante sabor guaraná foram de 1,3 quilo para 7,7 quilos. Também aumentou o consumo de abóbora comum: de 1,6 quilo para 4,2 quilos. Oitenta e cinco por cento das famílias sentem alguma dificuldade para chegar ao final do mês com seus rendimentos.

A POF revela que cerca de 85% das famílias brasileiras referiram algum grau de dificuldade para

chegar ao final do mês com o rendimento familiar.

Quase metade delas, 47% considerou insuficiente a quantidade de alimento consumida habitualmente. Para 73% das famílias, nem sempre ou raramente os alimentos consumidos eram do tipo preferido.

Cabe destacar que essas e outras avaliações subjetivas foram, pela primeira vez, incluídas na Pesquisa de Orçamentos Familiares, para investigar a percepção da popu-

para 69% das famílias. Entre as famílias residentes nas áreas rurais, 60,6% informaram não contar com serviços de abastecimento de água, e 22,5% declararam não dispor de energia elétrica.

Mais de 30% das famílias declararam problemas no domicílio. Os problemas domiciliares mais citados, em todas as regiões do Brasil, foram os relativos às condições físicas das habitações; entre eles podemos citar:

- pouco espaço: 42%.
 - telhado com goteira: 34%.
 - janelas, portas e assoalhos deteriorados: 30%.
 - umidade: chão e paredes 31%.
- A POF constatou, ainda, que:
- "Os problemas mais referidos pelas famílias são mais ligados à precariedade das moradias que ao entorno dos domicílios, merecedor de avaliação secundária.

- Desses, a violência ou vandalismo foi apontado por 28% das famílias como o maior incômodo, seguido por ruas ou vizinhos barulhentos (23%). Na área urbana, considerada isoladamente, o vandalismo e a violência nas redondezas da moradia aparecem como problema para 31,2% das famílias.

- Poluição e degradação ambiental foram citadas por 20%.

Para finalizar, na área rural, cada um dos problemas, em relação às condições do entorno foram apontados como problema por apenas 9%.

85% das famílias sentem dificuldade em encerrar o mês com rendimento

lação quanto à melhora ou não da qualidade de vida.

Serviços de água e de coleta de lixo

Os serviços de água nos domicílios foram considerados bons por 70% das famílias e os de coleta de lixo, por 74%.

Os serviços de infra-estrutura relacionados ao entorno dos domicílios, como iluminação pública e drenagem de águas de chuva, foram avaliados positivamente por, respectivamente, 63% e 54% das famílias.

No Brasil rural, o serviço de energia elétrica foi o que obteve a maior avaliação positiva: bom

Francisco Garrido Barcia
é chefe da UE/SP.

mp

Água no leite

POR
CLÁUDIO
MANESCO

O inusitado é freqüentador do dia-a-dia da sociedade e de gente como seu Zé, grande produtor de leite do interior do Estado, e Dona Palmira, sua dedicada esposa.

Certa vez seu Zé estava, de cima de uma ponte, a contemplar a imensidão de água da represa que avizinhava sua fazenda. Entre ondas e baforado pelo vento úmido, vociferava contra o governo a falta de políticas públicas que pudessem melhorar o preço do "leite nosso de cada dia".

Sem escutar uma só palavra dita pelo marido, Dona Palmira, com olhar fixo no horizonte e a cabeça bem próxima das nuvens, arriscou um palpitar:

- Éta Zé, cê já pensou se toda essa água fosse leite?
- Sai pra lá muié. E aonde nós ia arrumar tanta água pra botar nessa imensidão de leite?



Com a boca na botija

Fornecedor do frigorífico Primavera, Tião era uma figura destas, para as quais, dedos de prosa duravam dias. Grande eleitor, falastrão, fazia troça de sua própria sina e contava causos jamais acontecidos, mas que de tão repetidos viravam verdades incontestáveis.

Contava ele que certa feita, ao entregar seus latões de leite no frigorífico, o gerente reclamou de forma acintosa.

- Desse jeito não dá, Tião! Tudo bem colocar um pouco de água no leite, mas você podia disfarçar pelo menos um pouquinho. Hoje eu encontrei um monte de guaru (peixinho encontrado em lagoas) num dos latões que você me entregou. E sua resposta, assegurava, veio na lata, com a voz tranqüila, porém firme e decidida.

- Com esse preço que vocês pagam no meu leite o que você queria?

- Queria encontrar dourado, tucunaré, traíra, curimbatá?

5º CBTIM

CONGRESSO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

30 Nov
a 02 Dez
2004

FREI CANECA SHOPPING & CONVENTION CENTER - SÃO PAULO - CAPITAL
5ª EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS.

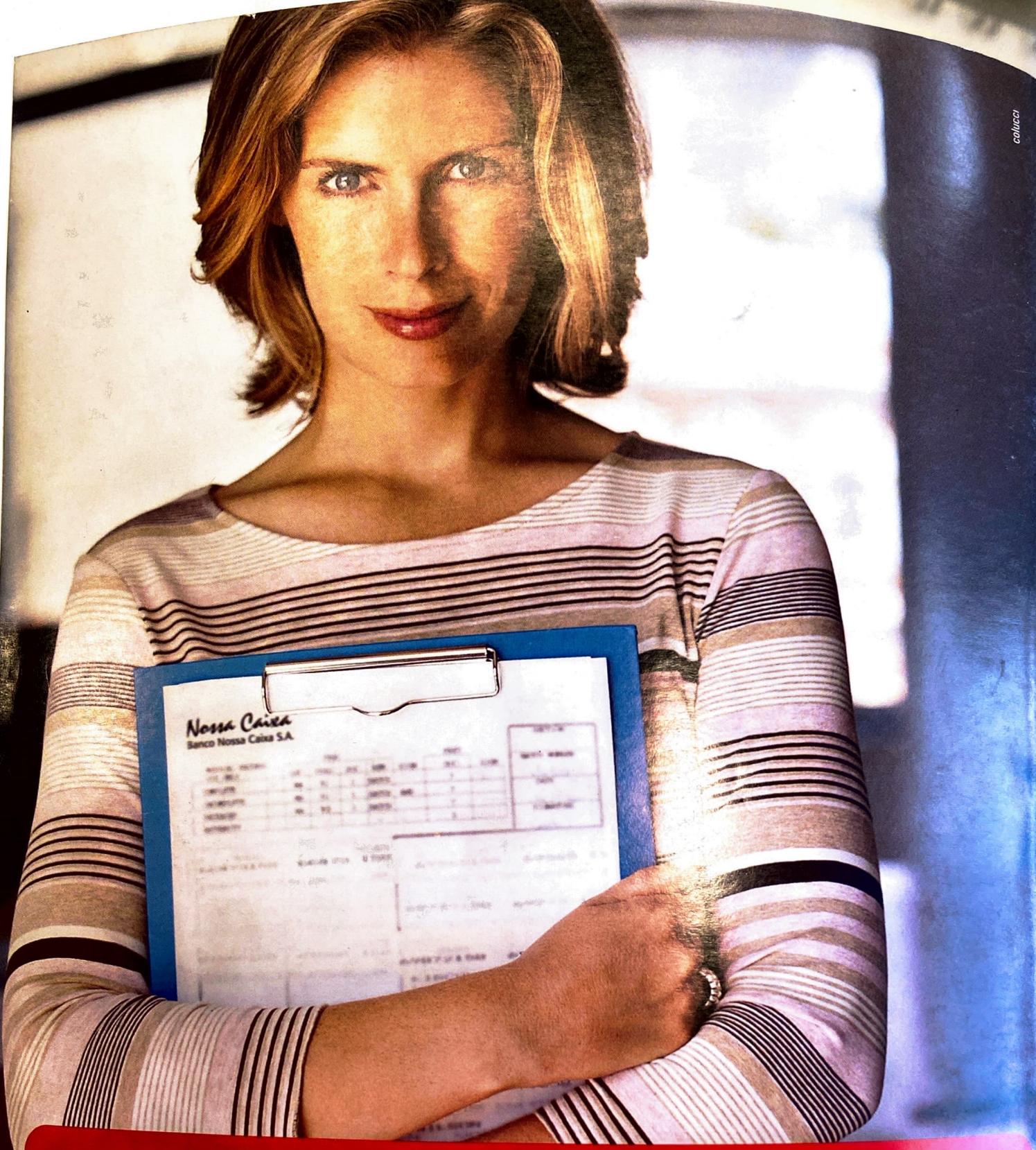
5ª versão do Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios - CBTIM, promovido pela Associação Paulista de Municípios - APM, com o apoio de entidades nacionais, estaduais e regionais e que visa oferecer aos gestores públicos municipais as ferramentas da tecnologia da informação, imprescindíveis para a modernização, transparência e inclusão social, mais do que digital.

VENHA PARTICIPAR DESTE GRANDE EVENTO !

Promoção



Avenida Rebouças, 2499
Jardim América
São Paulo - SP
www.apaulista.org.br
apaulista@apaulista.org.br



NOSSA CAIXA. O MELHOR ATENDIMENTO PARA VOCÊ PENSAR MAIS EM VOCÊ.

A Nossa Caixa oferece um atendimento mais que especial, com serviços modernos e os melhores produtos de crédito, financiamento e investimento. Tudo sob medida para as suas necessidades. Procure um gerente da Nossa Caixa e abra uma conta. Afinal, você merece um banco assim.

Nossa Caixa
O banco do coração de São Paulo
www.nossacaixa.com.br

